



BANCO BAI EUROPA, S. A.

Relatório n.º 12-E/2007

Relatório e contas de 2006

Relatório de gestão

Apreciação geral

O ano em retrospectiva

O ano de 2006 representou um ponto de viragem para o Banco BAI Europa, S. A. (BAIE), tendo sido o primeiro, após a reestruturação iniciada em 2004, em que o Banco alcançou resultados positivos que atingiram 407 635 euros antes de impostos.

Em 2006, encontrando-se a estrutura operacional consolidada, a atenção do conselho de administração centrou-se no desenvolvimento da actividade, com o objectivo de promover o crescimento das receitas através de iniciativas comerciais de diversa ordem, entre as quais, a diversificação dos produtos e serviços do Banco e o alargamento da carteira de clientes, sempre num contexto de gestão de risco adequada e prudente. Esta é uma estratégia de longo prazo que visa o crescimento sustentado do Banco.

O Banco desenvolve a sua actividade no sector empresarial português sendo o seu principal mercado alvo as empresas com relações comerciais actuais ou potenciais com Angola. O crescimento do sector empresarial em Portugal tem sido condicionado pelo fraco crescimento da economia nos últimos anos, conjugado com o decréscimo de investimento no sector público estatal e também no sector privado.

Em 2006, de acordo com o Banco de Portugal (BdP), a economia portuguesa deverá ter crescido à volta de 1,2%, ou seja, um pouco menos de metade do ritmo de crescimento da zona euro, mesmo assim em recuperação face à escassa variação de 0,3% que havia sido registada em 2005. Neste contexto económico, a capacidade das empresas de gerar proveitos e *cash-flow* tem sido bastante condicionada, tendo em conta as subidas dos preços de alguns *inputs* importantes, levando-as a recorrer ao financiamento bancário. Como consequência, as empresas têm vindo a evidenciar um elevado nível de endividamento, sendo o nível de intermediação bancária nacional muito elevado, tendo como reflexo níveis baixos de autofinanciamento.

Neste enquadramento, nos anos de 2004 e 2005, o Banco sentiu a necessidade de implementar uma política conservadora de concessão de crédito concertada com uma gestão criteriosa do risco da carteira de crédito. Esta estratégia resultou na moderação da actividade de concessão de crédito, tendo sido evidente o impacto dessa orientação no comportamento da sua carteira de crédito.

Em 2006, a gestão atenta do risco da carteira de crédito continuou a exigir a redução da sua exposição a alguns clientes considerados de risco demasiado elevado. Não obstante este contexto, o Banco aumentou a sua carteira de clientes, tendo sentido o impacto positivo de mais um ano de forte crescimento na economia Angolana e as oportunidades criadas para empresas, o que levou um crescente número de empresas portuguesas a estabelecer ou a intensificar as relações comerciais e as representações em Angola.

A evidenciá-lo, estão as exportações portuguesas para Angola, que em 2006 registaram o valor de 1201 milhões de euros, representando 15,4% das exportações nacionais. Relativamente ao ano de 2005, houve um acréscimo de 406,8 milhões de euros, uma variação de cerca de 51%. Portugal importou, neste período, produtos com origem em Angola no montante de 53 milhões de euros, registando-se aqui também um crescimento de 27,6 milhões de euros face a 2005, representando um aumento de 110% nas exportações angolanas para Portugal.

No que concerne a negócios interbancários com o nosso accionista maioritário, o Banco Africano de Investimentos, S. A. R. L., (BAI) aumentaram significativamente durante o ano em análise. 2006 foi um ano de mudança para o BAI, tendo sido nomeada uma nova equipa de gestão para a liderança do banco. No exercício de 2006, o BAI registou um crescimento significativo nos seus activos e resultados, tendo o BAIE beneficiado também deste desenvolvimento. Igual-

mente, o BAIE aumentou as suas relações com outras entidades relacionadas e accionistas do grupo.

Regista-se, finalmente, que acompanhando a mudança na gestão do BAI, também a administração do BAIE sofreu uma recomposição, tendo sido nomeados José Carlos de Castro Paiva e José de Lima Massano, como presidente do conselho de administração e administrador não executivo, respectivamente.

Demonstrações financeiras: alguns destaques

Resultado do exercício de 2006 — o BAIE registou, no final do ano, um lucro depois de impostos de 233 425 euros (prejuízo de 185 515 euros em 2005). Esta melhoria nos resultados é devida, sobretudo, ao aumento verificado no produto bancário.

Passivo — débitos com instituições de crédito — registou-se um aumento muito significativo (218 milhões de euros) nesta rubrica devido ao aumento dos depósitos do BAI e do BSA.

Passivo — débitos para com clientes — verificou-se um aumento de 38 milhões de euros nesta rubrica. No entanto, a carteira de depósitos de clientes do Banco continua a ser caracterizada por uma elevada concentração, o que confere uma certa volatilidade a este tipo de recurso.

Ratio de solvabilidade — este indicador calculado conforme as actuais regras prudenciais definidas pelo Banco de Portugal apresenta uma redução de 30,6% para 16,6% em resultado do aumento significativo dos activos do Banco registado no ano de 2006. No entanto, verifica-se ainda uma folga de capital regulamentar para o crescimento da actividade em mais de 100 milhões de euros de activos com ponderação máxima (100%).

Perspectivas futuras

Para o ano de 2007, o Banco de Portugal acredita que a economia portuguesa vai continuar a recuperar nos próximos dois anos, mas a um ritmo que não será ainda suficiente para convergir com os parceiros europeus, apontando para uma estimativa de crescimento de 1,8% para 2007 e de 2,1% em 2008. Ao contrário do que sucedeu em 2006, ano em que a recuperação da actividade económica foi determinada pelo comportamento favorável das exportações, para o período 2007-2008, o BdP prevê que o crescimento da economia seja também ajudado pelo consumo privado e, principalmente, pela retoma do investimento empresarial. Para o BdP, o aumento da procura e o processo de consolidação orçamental deverão finalmente começar a aumentar o nível de confiança dos empresários e, consequentemente, acelerar o investimento. Esta aceleração será mais notória em 2008, quando se espera que atinja 4,8% (contra 0,4% em 2007).

As perspectivas para a economia angolana continuam a ser muito positivas, não só porque se prevê a manutenção de um ambiente económico externo benéfico devido à manutenção do preço de petróleo bruto a níveis relativamente altos no mercado internacional, mas também devido às melhorias internas já alcançadas, nomeadamente, na redução da inflação para níveis inferiores a 10%, na manutenção do robusto crescimento do PIB, na estabilização da moeda nacional e na melhoria da situação externa do país, através do aumento significativo das reservas internacionais líquidas e do fortalecimento da balança de pagamentos.

Neste cenário favorável, dando continuidade aos objectivos estabelecidos para 2006, a atenção do conselho de administração do BAIE continuará em 2007 concentrada na expansão da actividade, com vista a promover o crescimento das receitas através de iniciativas comerciais de diversa ordem, entre as quais a diversificação dos produtos e serviços do Banco e o alargamento da carteira de clientes, sempre num contexto de gestão de risco adequada e prudente. No final de 2006, o banco iniciou a análise de várias operações que se espera concluir no decurso de 2007 e que nos permitem ter boas perspectivas para o desenvolvimento do negócio em 2007.

O aproveitamento de oportunidades de negócio com o BAI Angola, o qual detém uma posição de relevo no mercado angolano, continua a ser um factor decisivo na estratégia do Banco. Igualmente, continuamos a encetar esforços para obter o melhor aproveitamento das relações e das sinergias que têm vindo a ser desenvolvidas com os accionistas do grupo, bem como com outras entidades residentes em

Angola e que desenvolvem ou pretendem vir a desenvolver actividades em ambos os mercados.

A política de contenção de custos continua a ser um factor chave na gestão do Banco. Neste âmbito, não se pode deixar de anotar que tendo os trabalhadores abrangidos pelo despedimento colectivo impugnado em tribunal a decisão do Banco, este vê-se obrigado, no decorrer de 2007, a continuar a suportar custos adicionais com a defesa da sua posição.

Sendo certo que as perspectivas para 2007 são animadoras, não se deixa de ter consciência do muito esforço necessário para atingir os objectivos traçados.

Agradecimentos

O Banco tem um quadro de profissionais com talento e energia, cujo empenhamento e apoio tornaram possível o sucesso alcançado no cumprimento dos objectivos propostos.

Assim, regista-se com muito apreço o valioso contributo e a forte determinação de toda a equipa no desafio que é o nosso projecto.

Agradece-se aos Clientes a confiança depositada no Banco, esperando este poder continuar a apoiá-los, em especial nos negócios e investimentos que possam envolver Portugal e Angola.

Enquadramento macroeconómico em 2006

Apreciação geral

A actividade económica mundial manteve em 2006 um elevado ritmo de crescimento, com uma variação do PIB global próxima de 5% (medida com base na paridade dos poderes de compra, PPP), prolongando o andamento observado em 2005 e continuando a beneficiar de uma vigorosa expansão das trocas internacionais.

Para este desempenho contribuíram a generalidade das economias desenvolvidas e em desenvolvimento, com destaque para o excepcional dinamismo das grandes economias emergentes da Ásia, China e Índia cujo contributo para o crescimento global é actualmente muito significativo. Merecem, ainda, referência a aceleração da actividade económica verificada na União Europeia, bem como a manutenção do ritmo da economia americana apesar de algum abrandamento no segundo semestre.

Prolongou-se, em 2006, a generalizada subida dos preços das matérias-primas, com natural relevo para o petróleo e seus derivados — o preço do barril de petróleo atingiu 78 dólares por barril no início de Agosto, a cotação mais alta de sempre — embora com uma correcção posterior, mais acentuada nos últimos meses do ano.

Este fenómeno do encarecimento das matérias-primas mais importantes, energéticas e não-energéticas, justificou a continuação de uma atitude menos acomodatória por parte dos bancos centrais na condução da política monetária, visando desencorajar a propagação dessas variações de preços aos produtos finais, pelo que se assistiu à continuação da subida das taxas de juro directoras tanto nos EUA como na zona euro. No primeiro caso, as subidas prosseguiram até Junho, fixando a taxa dos Fed Funds em 5,25% (4,25% em 31 de Dezembro de 2005), enquanto que na zona do euro a taxa das principais operações de refinanciamento do Eurosistema atingiu 3,5%, após um último aumento em Dezembro (2,75% no final de 2005).

Economia americana

Entre as economias mais avançadas, cumpre destacar o ritmo de crescimento do PIB nos EUA, que se estima tenha sido em torno de 3,4%, resistindo bem ao aumento das taxas de juro e também aos preços mais elevados das matérias-primas, beneficiando de um comportamento favorável do consumo das famílias, bem como de uma evolução positiva do investimento privado em especial no sector dos serviços.

Assinala-se a redução do défice orçamental federal, no período terminado em Setembro de 2006, para um valor da ordem de 2,3% do PIB, bastante inferior ao observado em 2005, para o que contribuiu, sobretudo, um aumento significativo das receitas fiscais. Quanto ao défice externo, nos últimos meses do ano também se observou uma tendência de diminuição, resultante de um melhor desempenho das exportações e de uma certa contenção nas importações. O défice externo deverá ter permanecido mesmo assim a nível elevado, superior a 5% do PIB, continuando a sua correcção futura a suscitar preocupações quanto ao respectivo perfil e suas implicações.

É certo que não há registo de problemas com o financiamento desse défice, tendo-se assistido no último ano a um importante fluxo de

entradas de capitais nos EUA, designadamente sob a forma de aquisição de dívida por parte de bancos centrais asiáticos, em parte atraídos pelas mais elevadas taxas de juro proporcionadas pelas aplicações em dólares.

Registe-se também a acentuada desaceleração no mercado imobiliário dos EUA, tanto na procura de casas novas como na transacção de habitações usadas, com o consequente recuo na valorização dos imóveis, em consequência das subidas dos juros, que se reflectiu no abrandamento da economia no segundo semestre.

Essa desaceleração da economia chegou a constituir motivo de preocupação pelos efeitos que poderia induzir sobre o consumo das famílias. Note-se, todavia, que os efeitos adversos dessa conjuntura imobiliária nas despesas de consumo terão sido praticamente neutralizados pelo comportamento bastante favorável do mercado do trabalho — a taxa de desemprego baixou para 4,5% no final do ano (4,8% no início) — e também pela descida dos preços dos combustíveis nos últimos meses do ano. Estes factores positivos, adicionados ao efeito riqueza-positivo gerado pelo comportamento do mercado de títulos, terão compensado ou mesmo mais do que compensado o efeito riqueza-negativo do sector imobiliário.

No que respeita à evolução dos preços no consumidor, verificou-se um abrandamento ao longo do ano, trazendo a inflação homóloga para cerca de 2%, o que foi decisivo para a paragem, a partir de Junho, no movimento de subida das taxas de juro da Reserva Federal depois de 17 incrementos sucessivos de 0,25 p. p. cada um, que se iniciaram em meados de 2004.

Economia japonesa

No Japão, a economia prosseguiu a recuperação já evidenciada em 2005, com uma variação anual do PIB de cerca de 2,7% e em clara aceleração na parte final do ano.

A economia japonesa beneficiou de uma contribuição bastante positiva do sector exterior, com um forte ritmo de crescimento das exportações de bens, registando-se um ritmo mais moderado na evolução procura interna, designadamente as despesas de consumo. Esta evolução foi também estimulada pela desvalorização do iene face ao euro e ao dólar, em parte derivada da forte expansão das operações denominadas *carry-trade* em que os operadores se financiam numa moeda de taxa de juro muito baixa para tomar posições longas em moedas de taxas mais elevadas.

A política monetária do Japão continua a ser muito acomodatória, dada a quase inexistência do fenómeno inflacionista, embora em 2006 o Banco do Japão tenha finalmente posto termo à política de custo zero dos seus fundos, ao subir a sua principal taxa (*overnight uncollateralised call rate*) para 0,25%. Esta taxa foi aumentada em Fevereiro de 2007 para 0,5% apesar de o Banco do Japão ter sublinhado, aquando do anúncio desta última decisão, que a sua política continuará a ser de estímulo à actividade económica, não prevendo para breve qualquer nova subida.

Europa e zona euro

Na Europa e na zona euro o comportamento da economia foi também positivo, com uma taxa de variação do PIB de 3% para o conjunto dos 25 países membros (agora 27 com a entrada da Roménia e da Bulgária em 1 de Janeiro de 2007) e de 2,6% para a zona euro (agora com 13 membros depois da admissão da Eslovénia também no início de 2007).

Para esta evolução contribuíram tanto as exportações líquidas como a procura interna, tendo-se observado uma recuperação da confiança dos consumidores, nomeadamente nas maiores economias, acompanhando uma melhoria no mercado do trabalho reflectida numa progressiva redução da taxa de desemprego que no final do ano se situava em 7,5%.

Esta evolução, conjugada com os receios de propagação dos aumentos dos preços das matérias-primas e das consequências de um ritmo elevado de crescimento dos agregados monetários e de crédito, foi determinante para que o Banco Central Europeu tivesse decidido aumentar as taxas de juro, como já se assinalou, tendo sido registados três aumentos de 0,25 p. p. cada um. Estes aumentos das taxas aconteceram, não obstante o comportamento benigno do índice de preços no consumidor cuja variação homóloga nos últimos três meses do ano se situou sempre abaixo de 2%.

Do ponto de vista das finanças públicas, uma das grandes preocupações das autoridades europeias, a situação em 2006 apresentou melhoria significativa, uma vez que apenas dois países, concretamente Itália e Portugal, parecem manter um défice superior a 3% do PIB — embora em linha com uma trajectória de correcção de défices excessi-

vos oportunamente aprovada pela Comissão e pelo Conselho Europeu.

Todos os outros países que se encontravam em situação de défice excessivo no ano anterior — Alemanha, França e Grécia — parece terem conseguido apresentar défices orçamentais inferiores a 3% do PIB em 2006, beneficiando da evolução positiva das respectivas economias e do consequente aumento das receitas fiscais.

Particularmente significativa foi a evolução na Alemanha cujo défice orçamental poderá ter ficado próximo de 2% do PIB segundo as últimas indicações, depois de quatro anos sucessivos acima de 3%.

Economias emergentes da Ásia

Justifica-se, neste contexto de avaliação do desempenho da economia internacional, uma específica referência às chamadas economias emergentes do continente asiático, com relevo natural para a China e a Índia. Com efeito, estas economias, para além de (numa base de PPP) constituírem hoje a 2.ª e a 5.ª economias mundiais, são também responsáveis por uma boa parte, quase 50%, do crescimento da economia global, graças ao excepcional ritmo de expansão que continuam a evidenciar: a China com quase 11 % de crescimento em 2006, a Índia com cerca de 8%.

Em ambos os casos, embora mais no caso da China, trata-se de economias em que o investimento estrangeiro e as exportações são os grandes motores do crescimento económico.

A China evidencia mesmo o maior excedente comercial do mundo, a que se somam volumosas entradas de capitais sob a forma de investimento directo, o que lhe tem permitido acumular reservas em divisas ao ponto de se tornar no maior detentor de reservas líquidas, superando largamente o Japão e acumulando um montante que em 2006 ultrapassou os mil milhares de milhões de dólares (vulgo um trilião).

O seu elevado contributo para o crescimento da economia mundial confere actualmente a estas economias um papel central no restabelecimento dos equilíbrios económicos entre as grandes regiões, designadamente na correcção do défice externo dos EUA. Por isso, a política cambial da China, como se sabe, tem estado em foco pela protecção aparentemente excessiva que oferece aos produtos manufacturados no País, ao mesmo tempo que retarda a desejável expansão da procura interna, em especial as despesas de consumo.

Economia portuguesa

A avaliar pela informação mais recente — *Boletim Económico do Banco de Portugal* divulgado em Janeiro — a economia portuguesa deverá ter crescido em 2006 à volta de 1,2%, ou seja um pouco menos de metade do ritmo de crescimento da zona euro, mas mesmo assim em recuperação face à escassa variação de 0,3% que havia sido registada em 2005.

Este crescimento do PIB fica a dever-se, quase exclusivamente, ao bom desempenho das exportações de bens e serviços, que terão crescido 13,5% em termos nominais contra um aumento de 7,6% das importações, determinando uma contribuição positiva, de cerca de 1,1 pontos percentuais, das exportações líquidas para a taxa de crescimento do PIB.

O desempenho da economia portuguesa continuou, tal como em anos anteriores, a ser bastante condicionado pelos problemas decorrentes do desequilíbrio das finanças públicas, cujo saneamento constitui um objectivo prioritário das autoridades nacionais no quadro dos compromissos assumidos no programa de estabilidade. Recordar-se que esse programa visa, como objectivo fundamental, reduzir o défice orçamental a menos de 3% do PIB já em 2008.

A procura interna continuou a evidenciar em 2006 um andamento moderado, com destaque para o desempenho negativo das despesas de investimento, apresentando um contributo praticamente nulo para o PIB. Esta evolução é explicável não só pelas restrições de natureza orçamental mas também pela subida das taxas de juro do BCE conjugadas com o elevado endividamento das famílias que atinge já cerca de 130% do rendimento disponível e que mesmo assim continua a aumentar.

Apesar do andamento moderado da procura interna, verificou-se um novo agravamento do défice da balança de transacções correntes, que terá atingido um valor de cerca de 8,8% do PIB, superior ao do ano anterior (8,3%). Este agravamento deveu-se exclusivamente ao aumento de 1,5 mil milhões de euros do défice na rubrica de rendimentos, para 5,4 mil milhões de euros, explicável pelo efeito conjugado do aumento da dívida ao exterior e da subida das taxas de juro.

Refira-se neste contexto a melhoria esperada nos resultados da generalidade das instituições de crédito residentes em 2006, graças ao crescimento das carteiras de crédito e consequente contribuição da

margem financeira, mas também ao aumento dos proveitos com comissões (explicável em parte pelo grande dinamismo do mercado de títulos), à redução dos custos de imparidade e ao mais efectivo controlo dos custos de funcionamento, reflectido numa melhoria do rácio custos de funcionamento/produto bancário (*cost-to-income*).

Economia angolana

Registaram-se em 2006 novos ganhos no processo de estabilização da economia angolana que constitui o desenvolvimento mais relevante dos últimos anos, como pressuposto essencial de um crescimento económico sustentado.

Assim, a inflação média anual voltou a diminuir, para um valor da ordem dos 10%, com a importante contribuição da política cambial, caracterizada por uma quase estabilidade da taxa de câmbio do kwana em relação ao dólar.

Esta evolução tem favorecido uma mudança de comportamento dos agentes económicos em relação à moeda nacional, cuja procura tem vindo a reflectir uma nova atitude de confiança por parte dos agentes económicos, traduzida na aceitação generalizada de activos expressos em kwanzas, a prazos progressivamente mais longos.

Esta é uma mudança estrutural da maior importância, criando condições para um desenvolvimento económico mais saudável, a partir de uma utilização mais racional e menos especulativa dos recursos.

A par desta evolução, manteve-se um forte ritmo de crescimento do PIB real, o qual, embora a ritmo inferior ao de 2005 (+ 20,6%), deverá mesmo assim ter registado uma taxa de expansão de dois dígitos, em boa parte baseado no investimento e no consumo privado.

Outro aspecto que merece ser realçado é a obtenção de um excedente orçamental, concretizando uma política financeira que, a par da política monetária e cambial prossegue objectivos de estabilidade macroeconómica.

Registe-se, ainda, a melhoria progressiva do ambiente para o investimento privado, em resposta a uma preocupação das autoridades de incentivar cada vez mais as decisões de investimento, através de medidas fiscais e administrativas.

A nível do investimento público, igualmente digna de menção é a importância que tem vindo a ser dada a um programa de reabilitação de infra-estruturas, agora em fase de execução em larga escala, designadamente a reabilitação e construção de novas vias de comunicação, aspecto igualmente decisivo para o desenvolvimento económico e que os progressos na via da estabilização da economia tornaram agora possível realizar em condições muito mais propícias.

Enquadramento da actividade

Actividades operacionais

Departamento Banca de Investimento (DBI):

Esta área concentrou-se maioritariamente na estruturação de operações de financiamento de projectos e na aplicação dos fundos excedentários do Banco em activos, particularmente de curto prazo, através de uma política de maior diversificação da carteira de activos, tal como participações em operações de financiamento estruturadas por outros bancos, nacionais e internacionais.

Departamento de Mercados e Negócios (DMN):

O sector empresarial português, na nossa opinião, continua a apresentar um risco elevado de crédito por várias razões, nomeadamente o fraco desempenho da economia portuguesa, a intensificação das acções de fiscalização das autoridades fiscais e de segurança social na recuperação de montantes em dívida e, também, o endividamento elevado das empresas.

Considerando a política de crédito conservadora do Banco, tem-se vindo a verificar uma redução da exposição a clientes e sectores de actividade que consideramos de maior risco. Neste sentido, a carteira de crédito deste departamento sofreu um decréscimo.

	2006	2005	Variação (percentagem)
DMN	13,6	14,7	— 7
DBI	9,8	12,7	— 23
Crédito vencido	3,6	3,9	— 8
Provisões	— 3,6	— 5,8	— 38
<i>Total da carteira de crédito líquida</i>	23,4	25,5	— 8

Conforme já referido no ano anterior, o enquadramento económico desfavorável em Portugal, conjugado com as oportunidades presentes no mercado angolano, tem incentivado muitas empresas a iniciar relações comerciais com Angola. Como consequência desta situação, o Banco tem vindo a registar um aumento da procura dos seus serviços por entidades portuguesas com interesse no mercado angolano. Perspectivamos um aumento futuro da actividade nesta área.

Verificou-se um acréscimo significativo nos depósitos de clientes durante o ano, tendo esta rubrica fechado com o saldo de 77,8 milhões de euros (39,7 milhões de euros no ano transacto). Assinale-se, no entanto, que a carteira de depósitos do Banco continua a ser composta por poucos clientes com depósitos de elevados montantes, conferindo uma natureza mais volátil a este tipo de recursos.

Entretanto, e sendo certo encontrarem-se constituídas adequadas provisões para o efeito, continuam a existir alguns créditos considerados de cobrança difícil e que têm merecido a maior atenção da gestão do Banco, no sentido de encontrar soluções para a sua regularização e recuperação.

Departamento de Mercados Financeiros (DMF):

O Departamento de Mercados Financeiros concentrou-se no apoio à actividade do Banco, com vista a uma gestão mais eficiente da liquidez actuando, em especial, no mercado interbancário, designadamente através do aumento da diversificação dos canais institucionais de colocação. Paralelamente, foram prestados serviços relacionados com operações cambiais aos nossos clientes e com uma actuação em simultâneo no mercado interbancário cambial, o que representou um contributo positivo para o produto bancário.

Actividades de suporte

Recursos humanos:

Em 31 de Dezembro de 2006 o Banco contava com um total de 17 colaboradores (16 em 2005). O pessoal do Banco é o seu activo mais valioso e determinante para o seu sucesso.

O Banco possui uma equipa de jovens profissionais com muito talento e com um leque de experiências variado, centrada na prestação de serviços aos nossos clientes, preservando que a actividade do banco seja conduzida dentro das normas regulamentares e legais aplicáveis.

Nestes últimos anos procurou-se criar uma cultura própria e um ambiente de trabalho estimulante, que permitiram alcançar os objectivos estabelecidos para o desenvolvimento da nossa actividade.

Sistemas de informação:

Este departamento prosseguiu a actividade que vinha desenvolvendo, tendo sido responsável pela implementação de vários programas de suporte necessários para um mais eficiente tratamento de dados e obtenção de informação de gestão.

Durante o ano, as acções de mais destaque foram as seguintes:

Projecto de continuidade do negócio em caso de desastre:

O Banco escolheu o seu parceiro para o projecto de continuidade do negócio em caso de desastre, tendo-se iniciado a sua implementação já no último trimestre do ano, estando prevista a finalização para o primeiro trimestre de 2007.

Projecto de políticas de segurança dos sistemas de informação:

Considerando a importância desta matéria e o crescimento do Banco, foi decidido efectuar um trabalho para assegurar a adequação das políticas de segurança à realidade da instituição. Neste sentido, o Banco, após a análise de várias propostas de empresas internacionais, adjudicou o trabalho a uma reputada empresa internacional de consultoria. Prevê-se que o trabalho termine até ao final do primeiro semestre de 2007.

Este departamento terá a tarefa de acompanhamento do projecto, e após a sua conclusão, a responsabilidade da sua implementação.

Departamento de Auditoria Interna:

O Departamento de Auditoria Interna (DAI) é responsável por que os processos operacionais do Banco sejam adequados para identificar,

monitorizar e controlar os riscos a que este está exposto, numa perspectiva custo/benefício. Adicionalmente, o DAI tem a responsabilidade de acompanhar todas as actualizações das normas e instruções emitidas pelo Banco de Portugal e assegurar, em conjunto com a administração, o seu cumprimento efectivo.

Durante o ano, o DAI efectuou várias acções de auditoria interna, acompanhou a implementação de várias actuações no Departamento de Sistemas de Informação relacionadas com o sistema de controlo interno e, também, trabalhou na formalização dos procedimentos de controlo interno do Banco.

O controlo e prevenção do branqueamento de capitais continua a ser uma área de importância, requerendo um acompanhamento constante com actualizações regulares às normas emitidas pelo Banco de Portugal.

Avaliação e gestão de riscos

O conselho de administração reconhece que a gestão de riscos do Banco é essencial para o seu sucesso e, por isso, continuará a desenvolver esforços no sentido de assegurar a melhoria da identificação, compreensão e gestão dos riscos inerentes à sua actividade. O objectivo do Banco é o de assegurar, apenas, níveis de risco adequados à sua dimensão e estrutura, bem como às exigências e aos requisitos legais da sua actividade. Desta forma, procura o conselho de administração que o Banco possa gerar, de forma sustentada, uma rentabilidade proporcional ao risco assumido.

Risco de crédito

O risco de crédito, representado pelo risco de perda potencial incorrida pelo Banco no evento de uma contraparte não cumprir as obrigações contratadas junto do Banco, é um dos riscos mais relevantes da nossa actividade.

A concessão de crédito está sujeita a procedimentos rigorosos que asseguram o cumprimento da estratégia definida e, também, das normas prudenciais estabelecidas pela entidade de supervisão bancária.

A melhoria dos indicadores de risco da carteira de crédito é fruto dos novos procedimentos implementados durante o ano de 2004, não só ao nível da monitorização e avaliação da exposição dos riscos, mas também no accionamento de mecanismos adequados de intervenção e de detecção de situações de alerta.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro equivale ao impacto na margem financeira de alterações nas taxas de juro, que se dá quando existem *mismatches* nos prazos dos activos e passivos.

São feitas avaliações periódicas dos *mismatches* das taxas de juro nos activos e passivos e das tendências dos movimentos das taxas de juro do euro e dólar, de forma a monitorizar e gerir a possível exposição do Banco a situações de risco.

Risco de mercado

Durante o ano de 2006 a actividade de negociação e investimento em mercados financeiros não teve grande expressão na actuação do banco. Em consequência, o risco de mercado não é considerado como sendo um risco de muita relevância na sua actividade.

Risco cambial

O Banco actua principalmente com activos/passivos em dólares e euros. A política adoptada vai no sentido de não manter posições cambiais abertas de montantes significativos e, consequentemente, posições resultantes de operações em dólares são cobertas com os instrumentos adequados e de acordo com os limites definidos.

A monitorização deste risco é feita numa base diária através da análise da posição cambial global, bem como da análise periódica do comportamento da posição em aberto face ao comportamento da divisa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de o Banco não dispor de fundos suficientes para dar satisfação às suas responsabilidades, especialmente a curto prazo.

O Banco tem assumido uma posição conservadora na gestão de liquidez, mantendo sempre uma posição muito líquida a curto prazo,

de forma a poder satisfazer as suas necessidades de tesouraria em qualquer situação de stress.

Risco operacional

O risco operacional é o risco de prejuízo resultante de processos, pessoas e ou sistemas inadequados ou insuficientes, ou eventos externos.

O Banco tem vindo e continuará a prosseguir todos os esforços, tendo em vista a melhoria contínua do seu funcionamento e mitigar, o mais possível, o risco operacional inerente à sua actividade.

Análise financeira

De seguida, apresenta-se uma breve análise das demonstrações financeiras e da actividade do BAIE em 2006.

Demonstração dos resultados

	2006	2005 Proforma	Variação (porcentagem)
Juros e rendimentos similares	12 342 348	3 826 495	223
Juros e gastos similares	(10 808 369)	(2 757 290)	292
Margem financeira	1 533 979	1 069 205	43
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	366 305	410 154	— 11
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	216 941	78 050	178
Resultados de reavaliação cambial	315 676	198 455	59
Outros resultados de exploração	(81 449)	(174 916)	— 53
Produto bancário	2 351 452	1 580 948	49
Custos com pessoal	(1 057 352)	(1 019 792)	4
Gastos gerais administrativos	(919 516)	(1 067 991)	— 14
Custos de funcionamento	(1 976 868)	(2 087 783)	— 5
Amortizações do exercício	(226 508)	(217 824)	4
Provisões e imparidade líquidas de reposições e reversões	259 559	343 946	— 25
Resultado antes de impostos	407 635	(380 713)	207
Impostos	(174 210)	195 198	— 189
Correntes	(3 717)	(4 867)	— 24
Diferidos	(170 493)	200 065	— 185
Resultado líquido do exercício	233 425	(185 515)	226

O BAIE registou um lucro de 233 425 euros na conta de resultado do exercício para o ano de 2006 (prejuízo de 185 515 euros em 2005).

O produto bancário registou um valor de 2 351 452 euros em 2006 (1 580 948 euros em 2005). Este aumento significativo deriva, em grande parte, do aumento da margem financeira em perto de 500 000 euros, como resultado do incremento dos recursos captados junto de outras instituições financeiras e de clientes. Verifica-se também aumentos nas rubricas de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados de reavaliação cambial.

Os custos de funcionamento de 1 976 868 euros em 2006 sofreram uma redução de 110 915 euros (— 5%), relativamente ao valor

observado em 2005, resultado da redução de custos relacionados com advogados e contencioso.

As provisões continuam a gerar um efeito positivo nos resultados em virtude do esforço que tem sido efectuado na recuperação de créditos vencidos.

Por outro lado, os impostos diferidos, contrariamente a 2005 (proforma), têm um efeito negativo nos resultados de 170 493 euros, essencialmente fruto do aumento dos passivos com impostos diferidos relacionados com derivados (83 684 euros) e da reversão de activos por imposto diferido com provisões para crédito a clientes (76 159 euros). Em 2005 (proforma) o efeito positivo deve-se fundamentalmente a provisões para crédito a clientes registadas nesse exercício.

Balanço

	2006	2005 Proforma	Variação (porcentagem)
Activos financeiros:			
Disponibilidades	24 811 492	2 255 951	1 000
Aplicações em instituições de crédito	357 421 347	121 891 317	193
Crédito a clientes	23 347 956	25 494 345	— 8
Títulos de dívida	3 528 346	2 535 355	39
Outros activos financeiros	1 516 191	1 081 316	40
<i>Total de activos financeiros</i>	410 625 332	153 258 284	— 168
Activos não financeiros	1 233 803	1 828 604	— 33
<i>Total de activos</i>	411 859 135	155 086 888	— 166

	2006	2005 Proforma	Varição (porcen- tagem)
Passivos financeiros:			
Recursos de instituições de crédito	312 975 120	95 001 760	229
Recursos de clientes	77 833 345	39 705 614	96
Passivos Subordinados	4 499 014	4 500 387	—
Outros passivos financeiros	331 557	324 823	2
<i>Total de passivos financeiros</i>	395 639 036	139 532 584	— 184
Outros passivos não financeiros	1 412 617	980 247	44
Capital	17 500 000	17 500 000	—
Outras reservas e resultados transitados	(2 925 943)	(2 740 428)	7
Resultado do exercício	233 425	(185 515)	— 226
<i>Total de passivos e capital próprio</i>	411 859 135	155 086 888	— 166

Passivo e capitais próprios:

Os recursos de instituições de crédito no estrangeiro representam depósitos do nosso accionista maioritário e de outra entidade relacionada do grupo, os quais evidenciam o aumento de relações comerciais com essas instituições durante o ano de 2006.

Nos recursos de clientes nota-se um aumento significativo de 38 milhões de euros de 2005 para 2006.

Mais uma vez, este aumento é o resultado de uma melhoria das relações comerciais com os nossos clientes, através de um esforço de captação de recursos financeiros complementares.

No entanto, a carteira de depósitos de clientes do Banco continua a ser caracterizada por uma elevada concentração, o que implica necessariamente uma certa volatilidade deste tipo de recursos, como já se assinalou.

A 31 de Dezembro de 2006, o *ratio* de solvabilidade apurado de acordo com as regras definidas pelo Banco de Portugal para efeitos de adequação de fundos próprios, ascendia a 16,6% para um limite mínimo de 8%, o que se traduz num significativo potencial de crescimento da actividade.

Activos:

O forte aumento registado em aplicações em instituições de crédito resulta da canalização da liquidez gerada com o aumento dos recursos financeiros captados. O crédito sobre clientes registou uma redução de 2 milhões de euros, sobretudo como consequência da política de crédito muito conservadora do Banco, que, considerando o enquadramento económico em que desenvolvemos a actividade nos últimos anos, é considerada prudente. Em virtude desta política de crédito, o Banco não tem quaisquer créditos concedidos durante os anos de 2005 e 2006, que se encontrem vencidos.

Proposta de aplicação de resultados

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o conselho de administração propõe que o resultado líquido de 233 425 euros, seja transferido para resultados transitados.

Lisboa, 19 de Março de 2007. — O Conselho de Administração: *José Paiva*, presidente — *Manuel Vicente*, vice-presidente — *Paula Gray*, vice-presidente — *António Pinto Duarte*, administrador — *José Massano*, administrador.

Balanços em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 (proforma)**ACTIVO**

(Em euros)

Notas	2006			2005 Proforma	
	Valor antes de provisões imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	2 823 880	—	2 823 880	592 499
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	21 987 612	—	21 987 612	1 663 452
Activos financeiros detidos para negociação	5	442 722	—	442 722	132 847
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados		—	—	—	—
Activos financeiros disponíveis para venda	6	125 000	—	125 000	—
Aplicações em instituições de crédito	7	357 421 347	—	357 421 347	121 891 317
Crédito a clientes	8, 17	26 964 431	(3 616 475)	23 347 956	25 494 345
Investimentos detidos até à maturidade	9	3 528 346	—	3 528 346	2 535 355
Activos com acordo de recompra		—	—	—	—
Derivados de cobertura		—	—	—	—
Activos não correntes detidos para venda		—	—	—	—
Propriedades de investimento		—	—	—	—
Outros activos tangíveis	10	1 219 944	(779 289)	440 655	513 990
Activos intangíveis	11	558 166	(485 549)	72 617	152 963
Investimentos em filiais e associadas	12	948 469	—	948 469	948 469
Activos por impostos correntes		—	—	—	—
Activos por impostos diferidos	13	638 786	—	638 786	728 491
Outros activos	14	81 745	—	81 745	433 160
<i>Total do activo</i>		416 740 448	(4 881 313)	411 859 135	155 086 888

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO

		(Em euros)	
	Notas	2006	2005 Proforma
Recursos de bancos centrais	15	572 370	622 759
Passivos financeiros detidos para negociação	5	331 557	324 823
Recursos de outras instituições de crédito	15	312 402 750	94 379 001
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	77 833 345	39 705 614
Responsabilidades representadas por títulos		—	—
Passivos financeiros associados a activos transferidos		—	—
Derivados de cobertura		—	—
Passivos não correntes detidos para venda		—	—
Provisões	17	321 484	367 264
Passivos por impostos correntes	13	3717	4 867
Passivos por impostos diferidos	13	117 321	36 533
Instrumentos representativos de capital		—	—
Outros passivos subordinados	18	4 499 014	4 500 387
Outros passivos	19	970 095	571 583
<i>Total do passivo</i>		<u>397 051 653</u>	<u>140 512 831</u>
Capital	20	17 500 000	17 500 000
Prémios de emissão		—	—
Outros instrumentos de capital		—	—
(Acções próprias)		—	—
Reservas de reavaliação	20	—	—
Outras reservas e resultados transitados	20	(2 925 943)	(2 740 428)
Resultado do exercício	20	233 425	(185 515)
(Dividendos antecipados)		—	—
<i>Total do capital próprio</i>		<u>14 807 482</u>	<u>14 574 057</u>
<i>Total do passivo + capital próprio</i>		<u>411 859 135</u>	<u>155 086 888</u>

O Conselho de Administração: *José Paiva*, presidente — *Manuel Vicente*, vice-presidente — *Paula Gray*, vice-presidente — *António Pinto Duarte*, administrador — *José Massano*, administrador.

**Demonstração dos resultados para os exercícios findos
em 31 Dezembro de 2006 e 2005 (proforma)**

		(Em euros)	
	Notas	2006	2005 Proforma
Juros e rendimentos similares	21	12 342 348	3 826 495
Juros e gastos similares	21	(10 808 369)	(2 757 290)
Margem financeira	21	1 533 979	1 069 205
Rendimentos de instrumentos de capital		—	—
Rendimentos de serviços e comissões	22	405 200	445 045
Encargos com serviços e comissões	22	(38 895)	(34 891)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	23	216 941	78 050
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		—	—
Resultados de reavaliação cambial		315 676	198 455
Resultados de alienação de outros activos		—	—
Outros resultados de exploração	24	(81 449)	(174 916)
Produto bancário		2 351 452	1 580 948
Custos com pessoal	25	(1 057 352)	(1 019 792)
Gastos gerais administrativos	26	(919 516)	(1 067 991)
Amortizações do exercício	10 e 11	(226 508)	(217 824)
Provisões líquidas de reposições e anulações	17	45 781	(9 534)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	17	213 778	345 149
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		—	8 331
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		—	—
Resultado antes de impostos		407 635	(380 713)

(Em euros)			
	Notas	2006	2005 Proforma
Impostos	27	(174 210)	195 198
Correntes	27	(3 717)	(4 867)
Diferidos	27	(170 493)	200 065
Resultado após impostos		233 425	(185 515)
Do qual:			
Resultado após impostos de operações descontinuadas		—	—
Resultado líquido do exercício		233 425	(185 515)

O Conselho de Administração: *José Paiva*, presidente — *Manuel Vicente*, vice-presidente — *Paula Gray*, vice-presidente — *António Pinto Duarte*, administrador — *José Massano*, administrador.

Demonstração de alteração no capital próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 (proforma)

(Em euros)									
	Capital	Prém. emissão	Outros inst. capital	Acções próp.	Reser. reaval.	Outras reservas e result. transit.	Result. do exerc.	Divid. antecip.	Total do capital
Saldos em 31 de Dezembro de 2004 (PCSB)	17 500 000	—	—	—	—	892 415	(4 460 227)	—	13 932 188
Alteração de políticas contabilísticas para NCA (nota n.º 2.12):									
Investimentos em associadas em moeda estrangeira (IAS 21)	—	—	—	—	—	335 491	—	—	335 491
Reconhecimento de impostos diferidos (IAS 12)	—	—	—	—	—	491 893	—	—	491 893
Saldos em 1 de Janeiro de 2005 (NCA)	17 500 000	—	—	—	—	1 719 799	(4 460 227)	—	14 759 572
Alteração de políticas contabilísticas para NCA (nota n.º 2.12):									
Investimentos em associadas em moeda estrangeira (IAS 21)	—	—	—	—	—	—	(94 776)	—	(94 776)
Reconhecimento de impostos diferidos (IAS 12)	—	—	—	—	—	—	200 065	—	200 065
Periodificação de comissões [alínea d) n.º 2, 3.º aviso n.º 1/2005]	—	—	—	—	—	—	(91 934)	—	(91 934)
Instrumentos financeiros derivados ao justo valor (IAS 39)	—	—	—	—	—	—	(18 807)	—	18 807)
Anulação de provisão menos-valia latente para títulos (IAS 39)	—	—	—	—	—	—	8 331	—	8 331
Saldos em 31 de Dezembro de 2005 (NCA)	17 500 000	—	—	—	—	1 719 799	(4 457 348)	—	14 762 451
Incorporação de reservas do resultado líquido de 2004	—	—	—	—	—	(4 460 227)	4 460 227	—	—
Resultado gerado no exercício de 2005	—	—	—	—	—	—	(188 394)	—	(188 394)
Saldos em 31 de Dezembro de 2005 (Proforma NCA)	17 500 000	—	—	—	—	(2 740 428)	(185 515)	—	14 574 057
Incorporação de reservas do resultado líquido de 2005	—	—	—	—	—	188 394	(188 394)	—	—
Alterações cambiais de investimentos em associadas (IAS 21)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultado gerado no exercício de 2006	—	—	—	—	—	—	233 425	—	233 425
Saldos em 31 de Dezembro de 2006 (NCA)	17 500 000	—	—	—	—	(2 552 034)	(140 484)	—	14 807 482

O Conselho de Administração: *José Paiva*, presidente — *Manuel Vicente*, vice-presidente — *Paula Gray*, vice-presidente — *António Pinto Duarte*, administrador — *José Massano*, administrador.

**Demonstração dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005**

	(Em euros)	
	2006	2005
Actividades operacionais:		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	10 432 285	4 237 961
Juros, comissões e outros custos pagos	(7 939 342)	(2 380 853)
Resultados cambiais e de outras operações financeiras	130 021	229 541
Pagamento a empregados e fornecedores	(2 128 844)	(1 945 712)
Fluxo líquido operacional antes das variações nos activos e passivos	494 120	140 937
Diminuições (aumentos) em:		
Investimentos detidos até à maturidade	(985 293)	6 442 412
Aplicações em instituições de crédito	(233 001 974)	(87 512 999)
Crédito a clientes	2 344 140	4 733 408
Outros activos	172 765	(9 742)
Fluxo líquido proveniente de activos	(231 470 362)	(76 346 921)
Aumentos (diminuições) em:		
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	215 163 028	53 967 793
Recursos de clientes	38 046 887	21 043 809
Outros passivos e contas de regularização	699 656	7 490
Fluxo líquido proveniente de passivos	253 909 571	75 019 092
Contribuição para responsabilidades com pensões de reforma	6 320	(437 597)
Pagamento de impostos sobre lucros	(4 867)	(315 278)
Caixa líquida das actividades operacionais	22 934 782	(1 939 767)
Actividades de investimento:		
Rendimento de instrumentos de capital	—	—
Rendimento de activos financeiros disponíveis para venda	—	—
Aquisições de investimentos em filiais e associadas, líquidas de alienações	—	—
Aquisições de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	(125 000)	—
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(72 828)	(60 733)
Caixa líquida das actividades de investimento	(197 828)	(60 733)
Actividades de financiamento:		
Juros de passivos subordinados	(181 413)	(143 212)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	—	—
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	—	—
Emissão de responsabilidades representadas por títulos	—	—
Aumentos de capital	—	—
Dividendos distribuídos	—	—
Caixa líquida das actividades de financiamento	(181 413)	(143 212)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	22 555 541	(2 143 712)
Caixa e seus equivalentes no início do período (notas n.ºs 3 e 4)	2 255 951	4 399 663
Caixa e seus equivalentes no final do período (notas n.ºs 3 e 4)	24 811 492	2 255 951

O Conselho de Administração: *José Paiva*, presidente — *Manuel Vicente*, vice-presidente — *Paula Gray*, vice-presidente — *António Pinto Duarte*, administrador — *José Massano*, administrador.

**Notas às demonstrações financeiras
em 31 de Dezembro de 2006**

(Montantes expressos em euros)

1 — Introdução:

O Banco BAI Europa, S. A. (BAIE ou Banco), tem sede em Lisboa, foi constituído em 26 de Agosto de 2002 ao abrigo da autorização concedida por portaria da Ministra de Estado e das Finanças, de 10 de Maio de 2002, sucedendo à sucursal do Banco Africano de

Investimentos, S. A. R. L. (BAI), em Portugal e tem como objecto o exercício da actividade bancária. Actualmente o Banco exerce a sua actividade através da sua sede e de um balcão em Lisboa.

A actividade do BAIE está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, sendo considerado uma instituição financeira de acordo com o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

2 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

2.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do BAIE e processadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e nas Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia (EU) no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, excepto quanto às seguintes matérias:

i) Valorimetria dos créditos a clientes e outros valores a receber — na data do reconhecimento inicial são registados pelo valor nominal, sendo a componente de juros, comissões e custos externos imputáveis às respectivas operações subjacentes reconhecida segundo a regra de *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos reutilizáveis ao longo de um período superior a um mês;

ii) Provisionamento de créditos a clientes e outros valores a receber — as provisões para esta classe de activos financeiros encontram-se sujeito a um quadro mínimo de referência para constituição de provisões específicas, gerais e risco-país, nos termos definidos no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos avisos n.º 8/2003 e n.º 3/2005;

iii) Activos tangíveis — na data do reconhecimento inicial são registados ao custo de aquisição, mantendo-se subsequentemente ao custo histórico, salvo quando se verifiquem reavaliações legalmente autorizadas;

iv) o impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação do IAS 19 com referência a 31 de Dezembro de 2005 poderá ser reconhecido em resultados transitados, através de um plano de prestações uniformes por um prazo de cinco anos, com excepção da parte relativa a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego e alteração dos pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para as quais o prazo se estende até aos sete anos, conforme definido nos avisos do Banco de Portugal n.º 4/2005 e n.º 12/2005, de 21 de Fevereiro e 22 de Dezembro, respectivamente.

As IFRS são as normas e interpretações adoptadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que compreendem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standard Interpretation Committee (SIC).

Até 31 de Dezembro de 2005, inclusive, as demonstrações financeiras do BAIE foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) estabelecido pelo Banco de Portugal na instrução n.º 4/96, de 17 de Junho. Em 2006 o BAIE apresenta pela primeira vez as demonstrações financeiras de acordo com as NCA, sendo o impacto apresentado na nota n.º 2.12.

Conforme acima referido, durante o exercício de 2005 o BAIE preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com o PCSB ao abrigo do regime transitório de transição para as NCA nos termos definidos no aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

De forma a assegurar a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2006, são apresentados comparativos reexpressos com base nas NCA (proforma), conforme definido na IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro.

2.2 — Uso de estimativas nas demonstrações financeiras:

A preparação das demonstrações financeiras requer que a gestão do Banco adopte pressupostos e efectue estimativas que afectam activos, passivos, réditos e custos, nomeadamente nas áreas de:

Provisões para crédito concedido:

O Banco apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de provisões para crédito adicionais nos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

Impostos sobre lucros:

O Banco reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

Justo valor de derivados e activos financeiros não cotados:

O justo valor de instrumentos financeiros derivados e activos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, utilizando pressupostos de mercado. Os resultados alcançados com estes modelos dependem dos pressupostos utilizados.

Pensões de reforma e outros:

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em tábuas actuárias e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários (v. nota n.º 29). Estes pressupostos são baseados nas expectativas do BAIE à data de balanço, para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

2.3 — Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira (IAS 21):

As demonstrações financeiras são expressas na moeda funcional, euros, em virtude de ser a moeda utilizada no ambiente económico principal em que o Banco opera.

Os activos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados nas respectivas moedas de denominação. A conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada da seguinte forma:

i) Os activos e passivos monetários são convertidos para moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data de balanço;

ii) Os activos e passivos não monetários valorizados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data da transacção;

iii) Os activos e passivos não monetários valorizados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial das posições líquidas são reflectidas em resultados do exercício.

A posição líquida cambial à vista numa moeda resulta do saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A posição líquida cambial a prazo numa moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A conversão dos réditos e dos custos em moedas estrangeiras é efectuada numa base mensal ao câmbio do final do mês.

As taxas de câmbio utilizadas no processo de conversão para a moeda funcional dos activos, passivos, réditos e custos expressos em moeda estrangeira, são as taxas divulgadas a título indicativo pelo Banco Central Europeu, designadas por taxas *fixing*.

De forma a mitigar a sua exposição a risco cambial, o BAIE utiliza instrumentos financeiros derivados como *forwards* cambiais e *swaps* cambiais. As políticas contabilísticas utilizadas no registo destas operações são descritas nas notas 2.4.2 e 2.4.5.

2.4 — Instrumentos financeiros:

2.4.1 — Crédito a clientes e outros valores a receber:

2.4.1.1 — Valorimetria, reconhecimento inicial e subsequente (aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal):

O crédito e outros valores a receber compreende todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Conforme referido na nota n.º 2.1, estes activos financeiros são inicialmente registados pelo valor nominal, que em geral, no momento

inicial, coincide com o justo valor. Posteriormente, a componente de juros, comissões e custos externos imputáveis às respectivas operações subjacentes é reconhecida segundo a regra de *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos reituais ao longo de um período superior a um mês.

O rédito referente a comissões por serviços prestados que não sejam directamente associadas a operações de crédito é reconhecido ao longo do período da execução do serviço.

O Banco procede ao abate de créditos ao activo (*write-offs*) de operações que considere irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

2.4.1.2 — Desreconhecimento (IAS 39):

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.4.1.3 — Provisionamento (aviso n.º 3/95):

A carteira de créditos a clientes e outros valores a receber (nota n.º 8), de garantias prestadas e compromissos irrevogáveis registados (nota n.º 28) encontra-se sujeito a um quadro mínimo de referência para constituição de provisões específicas, gerais e de risco-país, nos termos definidos no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelos avisos n.º 8/2003 e n.º 3/2005.

a) Provisões para risco específico de crédito. — As provisões para risco específico de crédito são constituídas para crédito, títulos e juros vencidos e para outros créditos de cobrança duvidosa.

As provisões para crédito, títulos e juros vencidos destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança de créditos com prestações de capital ou juros vencidos não regularizados (nota n.º 17), dependendo de eventuais garantias existentes e sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a entrada em incumprimento (escalonamento temporal).

A prorrogação ou renovação dos créditos vencidos relativamente aos quais não foram integralmente pagos os juros ou encargos vencidos não interrompe o escalonamento temporal referido no parágrafo anterior, nem determina a isenção de constituição das respectivas provisões para crédito e juros vencidos.

As provisões para outros créditos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas, designadamente:

As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

- i)* Excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
- ii)* Estarem em incumprimento há mais de:

- Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
- 12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos e inferior a 10 anos;
- 24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a reclassificação prevista na alínea anterior, o crédito e juros vencidos de todas as operações, relativamente a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos.

b) Riscos gerais de crédito. — Estas provisões são constituídas para fazer face a riscos gerais de crédito, nos termos do aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho. De acordo com o regime disposto neste aviso, estas provisões deverão corresponder a 1,5% do crédito ao consumo e do crédito a particulares de finalidade não determinada e a um mínimo de 1% do restante crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza idêntica (nota n.º 17).

c) Provisões para risco-país. — As provisões para risco-país são constituídas para fazer face ao risco imputado aos activos financeiros e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco (nota n.º 17).

O regime de constituição destas provisões é o que está previsto no aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, na Instrução do

Banco de Portugal n.º 94/96, publicada no *Boletim de Normas e Informações* n.º 1, de 17 de Junho de 1996, e em carta do Banco de Portugal sob a referência n.º 137/05/DSBDR, de 29 de Novembro de 2005.

d) Anulação de juros (aviso n.º 3/95). — Os juros vencidos e não cobrados são contabilizados como juros vencidos a regularizar na data em que a cobrança se deveria ter efectivado, ficando a aguardar, pelo período máximo de 90 dias, a respectiva regularização.

Decorrido este prazo, é suspensa a contabilização dos juros em contas de proveitos relativamente ao capital registado em crédito vencido e são anulados os juros contados a partir da última prestação de juros paga, com excepção das operações de crédito com garantia das entidades indicadas no aviso n.º 3/95 que continuarão a ser contabilizados como proveitos, durante todo o tempo em que os créditos se mantenham nesta situação. Igual tratamento será dado aos juros de créditos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura, prudentemente avaliado.

2.4.2 — Activos financeiros ao justo valor através de resultados (IAS 39):

Nesta categoria encontram-se registados activos financeiros detidos para negociação, que corresponde essencialmente a instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

Elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada uma falta de balanceamento contabilística);

Um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base;

Se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados com valor positivo, também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura (nota n.º 2.4.8).

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos no resultado do exercício nas contas de resultados de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados.

2.4.3 — Investimentos detidos até à maturidade (IAS 39):

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas para os quais o Banco tem intenção e capacidade financeira de deter até aos respectivos vencimentos previstos. Nesta categoria encontra-se registada a carteira de títulos de obrigações e papel comercial.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos financeiros são mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo, deduzido de eventuais perdas por imparidade e de provisões para risco-país.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente todos os recebimentos ou pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto na quantia escriturada desse instrumento.

A IAS 39 considera as seguintes situações como sendo indícios de imparidade em activos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Significativa dificuldade financeira do devedor ou do emissor da dívida;

Incumprimentos contratuais relacionados com pagamentos de juros ou de capital;

Reestruturações dos planos financeiros do crédito para prazos mais dilatados;

Probabilidade significativa de processo de falência ou reestruturação financeira do devedor;

Desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro em virtude de dificuldades financeiras;

Histórico de incumprimento ou atraso nos pagamentos do plano financeiro do crédito;

Condições económicas adversas que se correlacionam com efectivo ou potencial incumprimento por parte do devedor.

2.4.4 — Empréstimos concedidos e contas a receber (IAS 39):

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos nas restantes categorias de activos financeiros acima referidas. Esta categoria abrange apenas valores a receber de instituições de crédito.

A mensuração inicial e subsequente destes activos financeiros é em tudo idêntica à dos investimentos detidos até à maturidade (nota n.º 2.4.3).

2.4.5 — Activos financeiros disponíveis para venda (IAS 39):

Activos financeiros disponíveis para venda são aqueles: (i) cuja intenção do Banco é a sua detenção por um período indeterminado de tempo (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de reavaliação em capitais próprios, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros corridos, diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e comissões incrementais, são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efectiva. Os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Em caso de evidência de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

O BAIE regista actualmente nesta categoria instrumentos de capital (nota n.º 6).

2.4.6 — Passivos financeiros detidos para negociação (IAS 39):

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa (nota n.º 2.4.8).

Os passivos financeiros que se encontram classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos no resultado do exercício na rubrica de resultados de activos e passivos financeiros.

2.4.7 — Outros passivos financeiros (IAS 39):

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes, e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu justo valor acrescido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos financeiros são mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo.

2.4.8 — Instrumentos financeiros derivados:

Os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negocia os contratos e são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os justos valores são obtidos através de preços de mercados cotados em mercado activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções. Os derivados são considerados como activos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo. Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rentabilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração de resultados.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nominal).

O Banco só possui derivados de negociação, os quais são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

2.5 — Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis (aviso n.º 1/2005, instruções n.º 23/2004 e n.º 4/96):

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões e outros réditos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações (nota n.º 28).

2.6 — Outros activos tangíveis e locações (IAS 16, aviso n.º 1/2005 e IAS 17):

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações e perdas por imparidade. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o número de anos de vida útil esperada, os quais se situam dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal portuguesa, como a seguir se indica:

	Número de anos
Imobilizações em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 5
Outras imobilizações corpóreas	4 a 12

O custo de aquisição inclui despesas que sejam directamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, nas contas de gastos gerais administrativos.

De acordo com a IAS 16, estes activos encontram-se sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias que indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável resulta do maior entre dois valores, o valor de mercado do activo deduzido de custos e o seu valor de uso.

Conforme a IAS 17, o Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais. São classificadas como locações financeiras todas as em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são substancialmente transferidos para o locatário. As restantes operações são classificadas como locações operacionais.

O Banco enquanto locatário, regista os contratos classificados como de locação financeira da seguinte forma:

i) No seu início, o bem em regime de locação financeira é registado no activo em outros activos tangíveis e no passivo em outros passivos pelo seu justo valor que é equivalente ao seu custo de aquisição;

ii) Subsequentemente, aquando da liquidação das rendas, a parte referente ao encargo financeiro (juros) é registada em resultado em juros e encargos similares. A parte respeitante à amortização financeira do capital é deduzida à dívida registada no passivo.

Os contratos classificados como de locação operacional são registados em resultados em gastos gerais administrativos no período a que respeitam.

O Banco actualmente não realiza operações de locação como locador.

2.7 — Activos intangíveis (IAS 38):

Esta rubrica compreende essencialmente custos de aquisição, desenvolvimento e implementação de *software* para ser utilizado na actividade do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidades e amortizações pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de três anos.

As despesas com manutenção de *software* são registadas como custo no exercício em que são incorridas. O Banco não reconhece activos intangíveis gerados internamente.

2.8 — Investimentos em associadas (IAS 28):

Esta rubrica inclui a participação de 17% do capital e direito de voto numa empresa em que o BAIE exerce influência significativa. Este activo é registado ao custo histórico (nota n.º 12).

A participação financeira é expressa em moeda estrangeira tendo sido convertida para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data da respectiva aquisição (notas n.ºs 2.3 e 20).

2.9 — Impostos sobre lucros (IAS 12):

O BAIE está sujeito ao regime fiscal consignado no Código sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) e do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício às taxas de imposto legalmente em vigor em Portugal para o período em que reportam os resultados, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao montante do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como activos por imposto diferido.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são dedutíveis aos lucros fiscais dos seis anos seguintes.

Não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Não são igualmente registados activos por impostos diferidos referentes a participações financeiras em associadas, por não ser provável que a diferença reverta no futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do BAIE dizem respeito a prejuízos fiscais reportáveis, provisões temporariamente não dedutíveis, operações derivadas ainda não liquidadas e diferimento de comissões.

Os impostos diferidos são calculados numa base anual utilizando taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

2.10 — Benefícios dos empregados (IAS 19):

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com a IAS 19. Os principais benefícios de empregados são pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde pós-emprego, outros e benefícios de longo prazo e benefícios de curto prazo:

2.10.1 — Pensões de reforma e de sobrevivência e encargos com saúde:

De acordo com o Plano de Pensões anexo ao contrato de adesão ao Fundo de pensões da Pensõesger — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., o BAIE assume o compromisso de atribuir aos seus colaboradores ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência. Presentemente, estas prestações consistem numa percentagem crescente do número de anos de serviço do colaborador na banca, aplicada aos seus salários. Nesta medida, o plano classifica-se como um plano de benefício definido.

O BAIE determina numa base anual o valor total das responsabilidades, através de cálculos efectuados por actuários independentes, utilizando o método *unit credit projected*, e pressupostos actuariais considerados adequados (nota n.º 29). O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma e sobrevivência, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (Serviços de Assistência Médico-Social — SAMS).

Os pressupostos actuariais têm por base as expectativas de crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizada por algumas instituições que operam no mercado financeiro português.

A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades são cobertas por um fundo de pensões, sendo reconhecido em balanço na rubrica de outros passivos o montante correspondente à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos dos fundos de pensões à data do balanço, caso aplicável, ajustado pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data de balanço.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (corredor), até ao limite do maior dos seguintes valores apurados à data do balanço:

- 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados;
- 10% do valor do fundo de pensões, dos dois o maior.

Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, esse excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio remanescente de serviço dos colaboradores no activo abrangidos pelo plano.

Os acréscimos de responsabilidades com serviços passados, nomeadamente os decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada são reconhecidos como custos em resultados no período em que ocorrem.

Adicionalmente, o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal obriga a um financiamento integral das responsabilidades com pensões em pagamento e a um nível de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de colaboradores no activo.

O Banco não adoptou o regime transitório estabelecido pelo aviso n.º 4/2005, do Banco de Portugal, que permitia o diferimento dos impactos decorrentes da adopção da IAS 19 — Benefícios aos empregados, tendo reconhecido os mesmos em resultados transitados, de acordo com o previsto nas IFRS.

Os custos com pessoal do Banco incluem os seguintes custos relativos a responsabilidades por pensões de reforma:

- Custo do serviço corrente (custo do ano);
- Custo dos juros da totalidade das responsabilidades;
- Rendimento esperado dos Fundos de Pensões;
- Amortização de desvios actuariais ou de alterações de pressupostos fora do corredor.

2.10.2 — Outros benefícios de longo prazo:

Nos termos da cláusula 150 do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário Português, o Banco assumiu a responsabilidade de atribuir aos seus colaboradores no activo, no ano em que completem 15, 25 e 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva.

Por outro lado, na data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. O Banco determina anualmente o valor actual das responsabilidades passadas com prémios de antiguidade através de avaliações efectuadas por actuários qualificados e independentes utilizando o método de *project unit credit*. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) utilizados têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e tábuas de mortalidade que se adequa à população do Banco.

A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas com baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Estes pressupostos são iguais aos utilizados no cálculo da responsabilidade por pensões de reforma. Contabilisticamente, o Banco regista o montante das responsabilidades apuradas como um encargo a pagar (nota n.º 19) por contrapartida de resultados do exercício. Os pagamentos efectuados ao trabalhador abatem ao valor de provisão constituída.

Os custos com pessoal do Banco incluem os seguintes custos relativos a responsabilidades por prémios de antiguidade:

- Custo do serviço corrente (custo do ano);
- Custo dos juros;

Ganhos e perdas resultantes de desvios actuariais (reconhecidos integralmente em resultados no exercício em que são originados).

2.10.3 — Benefícios de curto prazo:

Os benefícios de curto prazo (vencimentos e encargos com vencimentos) são registados pelo valor não descontado em gastos com pessoal no período a que respeitam de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

2.11 — Provisões e passivos contingentes (IAS 37):

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique *i*) uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado relativamente à qual se verifique *ii*) uma forte probabilidade de se efectuar um dispêndio de recursos que seja *iii*) quantificável de um modo fiável.

Quando não seja provável a ocorrência de um dispêndio de recursos, ou a estimativa da quantia da obrigação não possa ser apurada de forma fiável, estamos perante um passivo contingente, que apenas deve ser sujeito a divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrência.

2.12 — Impacto da adopção das Normas de Contabilidade Ajustadas — NCA:

A aplicação das NCA nas demonstrações financeiras do BAIE teve um impacto global positivo nos capitais próprios em 1 de Janeiro de 2006, no valor de 830 263 euros.

	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2005	Resultado líquido em 2005	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005
Saldos de acordo com PCSB	13 932 188	(188 394)	13 743 794
Ajustamentos de transição:			
IAS 12 Impostos diferidos	491 893	200 065	691 958
IAS 21/IAS 27 Investimento em associada	335 491	(94 776)	240 715
Aviso n.º 1/2005 Periodificação de comissões de crédito a clientes	—	(91 934)	(91 934)
IAS 39 Instrumentos financeiros derivados ao justo valor	—	(18 807)	(18 807)
IAS 39 Investimentos detidos até à maturidade	—	8 331	8 331
<i>Total de ajustamentos</i>	827 384	2 879	830 263
Saldos de acordo com NCA — contas proforma	14 759 572	(185 515)	14 574 057
Saldo de acordo com NCA em 1 de Janeiro de 2006			14 574 057

2.12.1 Impostos diferidos (IAS 12):

De acordo com o PCSB, e com as práticas no sector bancário em Portugal, o Banco não reconhecia impostos diferidos. Apresentamos em seguida o desdobramento do ajustamento do valor total de impostos diferidos:

	Capitais próprios em 2005 (+)	Resultado líquido em 2005 (-)	Resultado líquido em 2005 (+)	Total
Impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	452 030	—	—	452 030
Provisões para crédito	39 863	151 388	—	191 251
Pensões de reforma e cuidados médicos pós-emprego	—	10 691	—	10 691
Prémio antiguidade ACTV	—	17 215	—	17 215
Periodificação de comissões de crédito a clientes	—	12 641	—	12 641
Perdas em operações com derivados não liquidados	—	44 663	—	44 663
Ganhos em operações com derivados não liquidados	—	—	(36 533)	(36 533)
<i>Total</i>	(a) 491 893	(b) 236 598	(c) (36 533)	691 958
<i>Total de activos (a+b) e passivos (c) por impostos diferidos</i>	728 491		(36 533)	
Efeito total em resultados de 2005 (b+c)		200 065		

No cálculo dos impostos diferidos admitiu-se uma taxa média de imposto de 26,5% (2005: 27,5%), com excepção para a estimativa dos activos com impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais reportáveis que foi utilizada uma taxa de 25% (2005: 27,5%), na sequência das alterações introduzidas pela Lei n.º 2/2007 no cálculo da derrama.

2.12.2 — Investimento em associada (IAS 28):

De acordo com as normas anteriores, as participações financeiras estavam registadas ao custo histórico e sujeitas a provisão para menos-valias latentes prevista nos avisos do Banco de Portugal n.º 3/95 e n.º 4/2002.

Conforme referido na nota n.º 2.8 a participação financeira manteve-se registada ao custo histórico, tendo-se passado a utilizar a taxa de câmbio em vigor à data da respectiva aquisição (Novembro de 2001), conforme referido na alínea *ii*) da nota n.º 2.3.

2.12.3 — Periodificação de comissões de crédito a clientes (aviso n.º 1/2005):

Conforme referido na nota n.º 2.4.1.1, de acordo com as NCA, o Banco passou a diferir as comissões directamente associadas a operações de crédito ao longo do período dessas operações. Para este efeito, foram apuradas as comissões que se encontravam nesta situação para operações de crédito vivas a 1 de Janeiro de 2006, tendo sido registado o respectivo rédito diferido no valor de 91 934 euros por contrapartida da conta de resultados transitados.

2.12.4 — Instrumentos financeiros derivados ao justo valor (IAS 39):

De acordo com o PCSB, os instrumentos financeiros derivados relativos a *swaps* de taxa de câmbio eram valorizados através do reconhecimento linear pelo prazo da operação do prémio ou desconto associado à operação.

Com a introdução da IAS 39 estes instrumentos financeiros passaram a ser valorizados ao justo valor.

Apresentamos em seguida o desdobramento do ajustamento da valorização em derivados:

Ajustamentos em derivados:

Activos financeiros detidos para negociação	131 503
Outros activos	156 689
Passivos financeiros detidos para negociação	(324 823)
Outros passivos	17 824
<i>Total</i>	(18 807)

2.12.5 — Investimentos detidos até à maturidade (IAS 39):

Considerando que a carteira de títulos foi reclassificada como investimentos detidos até à maturidade, e que estes activos financeiros se encontram actualmente registados ao custo amortizado sujeitos a teste de imparidade, a provisão para menos-valias latentes registada a 31 de Dezembro de 2005 nos termos do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal foi anulada por contrapartida do saldo de abertura do exercício seguinte da conta de resultados transitados.

2.13 — Reconciliação das demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2005 em PCSB e NCA:

2.13.1 — Reconciliação do balanço a 31 de Dezembro de 2005 em PCSB e NCA:

Em 31 de Dezembro de 2005, a reconciliação do balanço do Banco de acordo com o Plano de Contas do Sistema Bancário e o proforma de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas é como segue (nota n.º 2.12 e demonstração de alterações no capital próprio):

	2005		
	NCA Proforma	PCSB	Variação
Activo:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	592 499	592 499	—
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 663 452	1 663 452	—
Activos financeiros detidos para negociação	132 847	1 344	131 503
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	—	—	—
Activos financeiros disponíveis para venda	—	—	—
Aplicações em instituições de crédito	121 891 317	121 891 317	—
Crédito a clientes	25 494 345	25 586 279	(91 934)
Investimentos detidos até à maturidade	2 535 355	2 527 024	8 331
Activos com acordo de recompra	—	—	—
Derivados de cobertura	—	—	—
Activos não correntes detidos para venda	—	—	—
Propriedades de investimento	—	—	—
Outros activos tangíveis	513 990	513 990	—
Activos intangíveis	152 963	152 963	—
Investimentos em filiais e associadas	948 469	707 754	240 715
Activos por impostos correntes	—	—	—
Activos por impostos diferidos	728 491	—	728 491
Outros activos	433 160	276 471	156 689
<i>Total do activo</i>	<u>155 086 888</u>	<u>153 913 093</u>	<u>1 173 795</u>
Passivo:			
Recursos de bancos centrais	622 759	622 759	—
Passivos financeiros detidos para negociação	324 823	—	324 823
Recursos de outras instituições de crédito	94 379 001	94 379 001	—
Recursos de clientes e outros empréstimos	39 705 614	39 705 614	—
Responsabilidades representadas por títulos	—	—	—
Passivos financeiros associados a activos transferidos	—	—	—
Derivados de cobertura	—	—	—
Passivos não correntes detidos para venda	—	—	—
Provisões	367 264	367 264	—
Passivos por impostos correntes	4 867	4 867	—
Passivos por impostos diferidos	36 533	—	36 533
Instrumentos representativos de capital	—	—	—
Outros passivos subordinados	4 500 387	4 500 387	—
Outros passivos	571 583	589 407	(17 824)
<i>Total do passivo</i>	<u>140 512 831</u>	<u>140 169 299</u>	<u>343 532</u>

	2005		
	NCA Proforma	PCSB	Variação
Capital próprio:			
Capital	17 500 000	17 500 000	—
Prémios de emissão	—	—	—
Outros instrumentos de capital (Acções próprias)	—	—	—
Reservas de reavaliação	—	—	—
Outras reservas e resultados transitados	(2 740 428)	(3 567 812)	827 384
Resultado do exercício (Dividendos antecipados)	(185 515)	(188 394)	2 879
	—	—	—
<i>Total do capital próprio</i>	<u>14 574 057</u>	<u>13 743 794</u>	<u>830 263</u>
<i>Total do passivo + capital próprio</i>	<u>155 086 888</u>	<u>153 913 093</u>	<u>1 173 795</u>

2.13.2 — Reconciliação de demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2005 em PCSB e NCA:

Em 31 de Dezembro de 2005, a reconciliação da demonstração de resultados do Banco de acordo com o Plano de Contas do Sistema Bancário e o proforma de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas é como segue:

	2005		
	NCA Proforma	PCSB	Variação
Juros e rendimentos similares	3 826 495	3 826 495	—
Juros e gastos similares	(2 757 290)	(2 757 290)	—
Margem financeira	1 069 205	1 069 205	—
Rendimentos de instrumentos de capital	—	—	—
Rendimentos de serviços e comissões	445 045	536 979	(91 934)
Encargos com serviços e comissões	(34 891)	(34 891)	—
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	78 050	96 857	(18 807)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	—	—	—
Resultados de reavaliação cambial	198 455	293 231	(94 776)
Resultados de alienação de outros activos	—	—	—
Outros resultados de exploração	(174 916)	(174 916)	—
Produto bancário	1 580 948	1 786 465	(205 517)
Custos com pessoal	(1 019 792)	(1 019 792)	—
Gastos gerais administrativos	(1 067 991)	(1 067 991)	—
Amortizações do exercício	(217 824)	(217 824)	—
Provisões líquidas de reposições e anulações	(9 534)	(9 534)	—
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	345 149	345 149	—
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	8 331	—	8 331
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	—	—	—
Resultado antes de impostos	(380 713)	(183 527)	(197 186)
Impostos	195 198	(4 867)	200 065
Correntes	(4 867)	(4 867)	—
Diferidos	200 065	—	200 065
Resultado após impostos	<u>(185 515)</u>	<u>(188 394)</u>	<u>2 879</u>
Do qual: resultado após impostos de operações descontinuadas	—	—	—
Resultado líquido do exercício	<u>(185 515)</u>	<u>(188 394)</u>	<u>2 879</u>

3 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Caixa	236 114	184 032
Depósitos à ordem do Banco de Portugal	2 587 766	408 467
	<u>2 823 880</u>	<u>592 499</u>

A rubrica de depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

4 — Disponibilidades em outras instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:		
Depósitos à ordem	1 839 316	1 023 669
Cheques a cobrar	4 402	155 130

	2006		2005 Proforma	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Swaps cambiais	442 722	(257 212)	126 537	(19 166)
Currency interest rate swaps	—	(74 345)	—	(300 689)
Contratos a prazo de taxa de câmbio	—	—	6 310	(4 968)
	442 722	(331 557)	132 847	(324 823)

Nestas rubricas verifica-se o registo de operações com instrumentos financeiros que apesar de se encontrarem classificadas como de negociação nos termos da IAS 39, tem a natureza de operações de cobertura de acordo com a política do Banco de gestão de riscos cambiais e de risco de liquidez.

O resultado com estas operações apresenta-se na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados (nota n.º 23).

Apresentam-se em seguida os respectivos valores nocionais:

	2006	2005 Proforma
Swaps cambiais — compra	14 298 785	16 546 792
Swaps cambiais — venda	14 171 298	16 656 777
Currency interest rate swaps — receber	4 500 000	4 500 000
Currency interest rate swaps — pagar	4 171 298	4 656 777
Contratos a prazo de taxa de câmbio compra	—	623 051
Contratos a prazo de taxa de câmbio venda	—	621 708
	37 141 381	43 605 105

6 — Activos financeiros disponíveis para venda:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Instrumentos de capital:		
Valorizados ao custo histórico	125 000	—

O valor apresentado representa uma participação financeira de 2,5% no capital social da empresa residente em Portugal, Fomentinvest, SGPS, S. A. (nota n.º 2.4.5), adquirida em Dezembro de 2006. Esta empresa tem como principal actividade participar ou adquirir empresas nas áreas da energia eólica, saúde e diagnóstico, tecnologias de informação e telecomunicações.

	2006	2005 Proforma
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	20 143 894	480 567
Cheques a cobrar	—	4 086
	21 987 612	1 663 452

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

5 — Activos e passivos financeiros detidos para negociação:

Nestas rubricas encontram-se registados o justo valor positivo e negativo de instrumentos derivados negociados com clientes.

7 — Aplicações em instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Aplicações em instituições de crédito no País:		
Aplicações a muito curto prazo	51 280 182	34 430 194
Depósitos	209 011 390	73 118 505
Aplicações subordinadas	—	572 236
Juros a receber	2 013 458	310 480
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Aplicações a muito curto prazo	—	2119 183
Depósitos	83 523 159	8 476 731
Empréstimos	6 074 412	—
Aplicações subordinadas	1 902 979	1 614 082
Outras aplicações	2 739 170	1 198 386
Juros a receber	877 702	51 520
Receitas com proveito diferido de comissões	(1 105)	—
	357 421 347	121 891 317

O montante correspondente a 1 902 972 euros (2005: 2 186 311 euros) do valor total da rubrica de aplicações em instituição de crédito constitui um conjunto de depósitos caução (nota n.º 28).

Em 31 de Dezembro de 2006 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2006	2005 Proforma
Até três meses	256 767 382	107 020 409
De três meses a um ano	97 763 910	14 508 908
	354 531 292	121 529 317

Nota. — Não inclui juros a receber e comissões.

8 — Crédito a clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

		2006	2005 Proforma		
				Descobertos em depósitos à ordem	1 690 862 344 526
Crédito não titulado:				Juros a receber	172 449 206 302
Interno:				Comissões mensuralizadas	(82 355) (100 180)
Empréstimos	10 384 255	12 056 940		Crédito e juros vencidos	3 599 721 3 907 519
Outros créditos	99 535	1 189 262			26 964 431 31 315 790
Créditos em conta corrente	4 670 070	4 109 521		Provisões para crédito	(3 616 475) (5 821 445)
Descobertos em depósitos à ordem	529 920	913 102			23 347 956 25 494 345
Externo:				Em 31 de Dezembro de 2006 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura por indústria:	
Empréstimos	5 899 974	7 417 288			
Outros créditos	—	1 271 510			

	2006	Porcentagem	2005 Proforma	Porcentagem
Agricultura	99 129	0,4	—	—
Extracção de petróleo, e serviços relacionados, excepto prospecção	1 658 131	7,1	3 902 828	14,3
Indústrias alimentares e das bebidas	490 088	2,1	598 601	2,2
Fabricação de têxteis	314 378	1,4	328 006	1,2
Edição, impressão e reprodução de suporte informático	—	—	25 000	0,1
Fabricação de produtos químicos	278 015	1,2	260 000	1,0
Fabricação de máquinas e equipamentos	—	—	496 777	1,8
Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	2 424 271	10,4	799 121	2,9
Construção	5 797 820	24,9	5 147 988	18,9
Comércio por grosso	2 327 278	10,0	2 041 330	7,5
Comércio a retalho	—	—	75 573	0,3
Transportes aéreos	—	—	125 037	0,5
Intermediação financeira, excepto seguros	—	—	360 000	1,3
Actividades imobiliárias	7 101 596	30,5	8 053 793	29,5
Actividades informáticas	280 000	1,2	700 000	2,6
Educação	1 333 334	5,7	1 777 778	6,5
Saúde e acção social	22	—	25 262	0,1
Crédito a particulares	745 399	3,2	1 729 520	6,3
Outras actividades de serviços prestados	425 155	1,8	855 535	3,1
	23 274 616	100,0	27 302 149	100,0

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2006 é apresentado na nota n.º 17.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, apresentam um nível de provisionamento acima do mínimo exigido pelo aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal de 5188 euros e de 1 915 604 euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2006	2005 Proforma
Até três meses	7 685 802	6 635 523
De três meses a um ano	3 475 296	2 271 394
De um ano a cinco anos	9 062 145	15 015 712
Mais de cinco anos	3 051 373	3 379 520
	23 274 616	27 302 149

Nota. — Não inclui juros a receber, crédito e juros vencidos, e comissões mensuralizadas.

9 — Investimentos detidos até à maturidade:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Títulos emitidos por residentes:		
Instrumentos de dívida:		
De dívida pública portuguesa	545 817	560 525
De outros residentes:		
Dívida não subordinada	3 000 000	2 000 000

	2006	2005 Proforma
Títulos emitidos por não residentes:		
De outros não residentes:		
Dívida não subordinada	—	—
Juros a receber	33 703	18 698
Juros pré-pagos	(51 174)	(43 868)
	<u>3 528 346</u>	<u>2 535 355</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a carteira de títulos classificados como investimentos até à maturidade apresenta o seguinte detalhe:

	Quan- tidade	Valor nominal	Valor de balanço	Valor de aquisição	Impari- dade
Instrumentos de dívida:					
Obrigações do Tesouro:					
OT 5,85 05/2010	5 000	100,00	535 670	563 550	—
OT 4,875 08/2007	100	100,00	10 147	10 545	—
Papel comercial:					
GPS 01 (2.ª emissão)	1 000 000	1,00	1 000 000	948 103	—
VICAIMA 2006/11	200 000	5,00	1 000 000	1 000 000	—
VICAIMA 2006/13	200 000	5,00	1 000 000	1 000 000	—
	<u>1 405 100</u>		<u>3 545 817</u>	<u>3 522 198</u>	<u>—</u>

Nota. — Não inclui juros a receber.

Em 31 de Dezembro de 2005, a carteira de títulos classificados como investimentos até à maturidade apresenta o seguinte detalhe:

	Quan- tidade	Valor nominal	Valor de balanço	Valor de aquisição	Impari- dade
Instrumentos de dívida:					
Obrigações do Tesouro:					
OT 5,85 05/2010	5 000	100,00	550 068	563 550	—
OT 4,875 08/2007	100	100,00	10 457	10 545	—
Papel comercial:					
GPS 01	1 000 000	1,00	1 000 000	958 285	—
SAG 10	1 000 000	1,00	1 000 000	997 414	—
	<u>2 005 100</u>		<u>2 560 525</u>	<u>2 529 795</u>	<u>—</u>

Nota. — Não inclui juros a receber.

Os títulos OT 5,85 05/2010 e OT 4,875 08/2007 encontram-se penhorados a favor do Banco de Portugal e do Fundo de Garantia de Depósitos, respectivamente (nota n.º 28) para efeitos de garantia da participação do BAIE no SPGT — Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções e de substituição de parte do pagamento da contribuição anual ao FGD através de prestação de compromisso irrevogável.

Em 31 de Dezembro de 2006 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2006	2005 Proforma
Até três meses	—	1 000 000
De três meses a um ano	1 010 294	1 000 000
De um ano a cinco anos	<u>2 535 523</u>	<u>560 525</u>
	<u>3 545 817</u>	<u>2 560 525</u>

Nota. — Não inclui juros a receber.

10 — Outros activos tangíveis:

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2006 foi a seguinte:

	2005 Proforma			Aquisições	Amortizações do exercício	Regulações	Transferências	Alienações e abates	2006 — Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações e imparidades de acumuladas	Valor líquido						
Imóveis em uso:									
Obras em imóveis arrendados	363 759	(110 495)	253 264	38 567	(35 816)	—	—	—	256 015
Equipamento:									
Mobiliário e material	178 910	(114 774)	64 136	—	(17 956)	—	—	—	46 180
Máquinas e ferramentas	21 725	(17 713)	4 013	—	(2 006)	—	—	—	2 006
Equipamento informático	350 610	(266 725)	83 885	7 369	(41 592)	—	—	—	49 662
Instalações interiores	184 468	(96 878)	87 590	—	(18 497)	—	—	—	69 093
Equipamento de segurança	70 833	(49 281)	21 102	—	(3 403)	—	—	—	17 699
Outros equipamentos	4 153	(4 153)	—	—	—	—	—	—	—
Activos tangíveis em curso	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	1 174 008	(660 019)	513 990	45 936	(119 270)	—	—	—	440 655

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2005 foi a seguinte:

	2004 Proforma			Aquisições	Amortizações do exercício	Regulações	Transferências	Alienações e abates	2005 — Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações e imparidades de acumuladas	Valor líquido						
Imóveis em uso:									
Obras em imóveis arrendados	363 759	(76 098)	287 661	—	(34 397)	—	—	—	253 264
Equipamento:									
Mobiliário e material	178 910	(93 293)	85 617	—	(21 482)	—	—	—	64 135
Máquinas e ferramentas	21 725	(15 706)	6 019	—	(2 006)	—	—	—	4 013
Equipamento informático	334 337	(222 661)	111 676	16 273	(44 063)	—	—	—	83 886
Instalações interiores	184 468	(78 470)	105 998	—	(18 408)	—	—	—	87 590
Equipamento de segurança	70 383	(44 726)	25 657	—	(4 555)	—	—	—	21 102
Outros equipamentos	4 153	(4 153)	—	—	—	—	—	—	—
Activos tangíveis em curso	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	1 157 735	(535 107)	622 628	16 273	(124 911)	—	—	—	513 990

Com a adopção das NCA procedeu-se à reclassificação em 2005 (Proforma) de 29 713 euros de activos respeitantes a património artístico para a rubrica de outros activos (nota n.º 14).

11 — Activos intangíveis:

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2006 foi a seguinte:

	2005 Proforma			Aquisições	Amortizações do exercício	Regulações	Transferências	Alienações e abates	2006 — Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações e imparidades de acumuladas	Valor líquido						
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	511 186	(378 311)	132 875	26 892	(107 238)	—	—	—	52 529
Activos intangíveis em curso	20 088	—	20 088	—	—	—	—	—	20 088
	531 274	(378 311)	152 963	26 892	(107 238)	—	—	—	72 617

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2005 foi a seguinte:

	2004 Proforma			Aquisições	Amortizações do exercício	Regulações	Transferências	Alienações e abates	2005 — Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações e imparidades de acumuladas	Valor líquido						
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	478 768	(285 398)	—	32 418	(92 913)	—	—	—	132 875
Activos intangíveis em curso	—	—	20 088	—	—	—	—	—	20 088
	478 768	(285 398)	—	52 506	(92 913)	—	—	—	152 963

Os activos intangíveis em curso dizem respeito a despesas incorridas com o desenvolvimento e implementação de aplicações informáticas.

12 — Investimentos em filiais e associadas:

Nesta rubrica encontra-se registado o valor correspondente à participação financeira numa empresa associada, Founton, Ltd. (nota n.º 2.8), o qual se resume como segue:

Participação efectiva (percentagem)	Valor de balanço BAIE (a)	Custo de aquisição em dólares
17,00	948 469	834 937

(a) Taxa de conversão EUR/USD é de 0,8803 referente a taxa *fixing* histórica à data de aquisição em Novembro de 2001.

A 31 de Dezembro de 2006 os saldos em aberto nas demonstrações financeiras do Banco com a empresa participada encontram-se apresentados na nota n.º 30.

Com base numa estimativa efectuada pelo conselho de administração do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2006, utilizando para o efeito informação financeira da empresa e o modelo de projecção de *cash-flows* descontados, concluiu-se que a essa data não existe qualquer evidência de imparidade ou necessidade de registar qualquer perda para esse efeito em relação ao montante do investimento reconhecido em balanço.

13 — Activos e passivos por impostos:

Estas rubricas têm a seguinte composição (nota n.º 27):

	2006	2005 Proforma
Activos por impostos diferidos:		
Por diferenças temporárias em activos ...	—	231 798
Por diferenças temporárias em passivos ...	197 494	44 663
Por prejuízos fiscais	441 292	452 030
	<u>638 786</u>	<u>728 491</u>
Passivos por impostos correntes:		
IRC a pagar	(3 717)	(4 867)
Passivos por impostos diferidos:		
Por diferenças temporárias em activos ...	(117 321)	(36 533)
	<u>(121 038)</u>	<u>(41 400)</u>

14 — Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Devedores e outras aplicações:		
IVA a recuperar	909	173 674
Outros devedores diversos	—	—
Outros activos:		
Património artístico	29 713	29 713
Outros rendimentos a receber:		
Operações de crédito	—	28 146
Créditos documentários	1 060	—
Despesas com encargo diferido:		
Com operações activas — instituições de crédito	117	—
Seguros	22 284	18 499
Outras	27 662	26 439
Operações activas a regularizar	—	156 689
	<u>81 745</u>	<u>433 160</u>

15 — Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Recursos de outros bancos centrais:		
À ordem	37 351	23 652
A prazo	533 919	593 371
Juros a pagar	1 100	5 736
	<u>572 370</u>	<u>622 759</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro:		
À ordem	7 617 556	5 453 674
A prazo	301 350 478	88 151 727
Outros	—	153 851
Juros a pagar	3 434 716	619 749
	<u>312 402 750</u>	<u>94 379 001</u>
	<u>312 975 120</u>	<u>95 001 760</u>

O montante correspondente a 5 194 951 euros (2005: 5 310 433 euros) do valor total da rubrica de recursos de instituições de crédito no estrangeiro — a prazo, encontra-se a contra-garantir responsabilidades com operações de garantias e avales, créditos documentários (nota n.º 28) e a cobrir a exposição de riscos em participações financeiras (nota n.º 12). Em 2005 existiam adicionalmente 3 621 941 euros a contra-garantir responsabilidades com operações de crédito sobre clientes. Em 31 de Dezembro de 2006 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2006	2005 Proforma
Até três meses	208 207 054	47 500 600
De três meses a um ano	100 682 250	46 875 675
De um ano a cinco anos	650 000	—
	<u>309 539 304</u>	<u>94 376 275</u>

Nota. — Não inclui juros a pagar.

16 — Recursos de clientes e outros empréstimos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Depósitos à ordem:		
De emigrantes	944	2
De outros residentes	3 636 679	5 765 268
De não residentes	4 904 334	3 535 335
Depósitos a prazo:		
De outros residentes	3 148 286	3 273 258
De não residentes	66 020 132	27 045 995
Outros recursos	—	43 631
Juros a pagar	122 970	42 125
	<u>77 833 345</u>	<u>39 705 614</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2006	2005 Proforma
Até três meses	77 030 133	39 542 059
De três meses a um ano	680 242	121 430
De um ano a cinco anos	—	—
	<u>77 710 375</u>	<u>39 663 489</u>

Nota. — Não inclui juros a pagar.

17 — Provisões e imparidade:

O movimento ocorrido nestas rubricas no decorrer do exercício de 2006 foi a seguinte:

	2005 proforma — Saldo inicial	Reforços	Reposições/ reversões	Utilizações	Diferenças cambiais	2006 — Saldo final
Crédito a clientes (nota n.º 8):						
Crédito de cobrança duvidosa	185 291	904 569	(991 534)	(81 053)	—	17 273
Crédito vencido	5 598 113	1 056 681	(1 148 953)	(1 910 140)	—	3 595 701
Risco-país	38 042	10 847	(45 388)	—	—	3 501
	<u>5 821 446</u>	<u>1 972 097</u>	<u>(2 185 875)</u>	<u>(1 991 193)</u>	—	<u>3 616 475</u>
Riscos gerais de crédito:						
Crédito concedido	245 408	73 181	(96 088)	—	—	222 501
Crédito por assinatura	109 737	84 710	(107 584)	—	—	86 863
Outras provisões						
	<u>12 120</u>	—	—	—	—	<u>12 120</u>
	<u>367 264</u>	<u>157 891</u>	<u>(203 672)</u>	—	—	<u>321 484</u>
	<u>6 188 711</u>	<u>2 129 988</u>	<u>(2 389 547)</u>	<u>(1 991 193)</u>	—	<u>3 937 959</u>

O movimento ocorrido nestas rubricas no decorrer do exercício de 2005 foi a seguinte:

	2004 proforma — Saldo inicial	Reforços	Reposições/ reversões	Utilizações	Diferenças cambiais	2005 — Saldo final
Crédito a clientes (nota n.º 8):						
Crédito de cobrança duvidosa	—	352 056	(166 765)	—	—	185 291
Crédito vencido	6 126 789	1 819 297	(2 347 973)	—	—	5 598 113
Risco-país	39 805	477 845	(479 608)	—	—	38 042
	<u>6 166 594</u>	<u>2 649 198</u>	<u>(2 994 346)</u>	—	—	<u>5 821 446</u>
Riscos gerais de crédito:						
Crédito concedido	220 290	170 006	(144 888)	—	—	245 408
Crédito por assinatura	125 170	137 551	(152 983)	—	—	109 737
Outras provisões	320 151	15 435	(15 586)	(307 880)	—	12 120
	<u>665 611</u>	<u>322 991</u>	<u>(313 457)</u>	<u>(307 880)</u>	—	<u>367 265</u>
	<u>6 832 205</u>	<u>2 972 189</u>	<u>(3 307 803)</u>	<u>(307 880)</u>	—	<u>6 188 710</u>

18 — Outros passivos subordinados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Dívida titulada emitida	4 500 000	4 500 000
Juros a pagar	(986)	387
	<u>4 499 014</u>	<u>4 500 387</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor correspondente à dívida titulada emitida consiste na emissão de obrigações de caixa subordinadas, apresentando as seguintes características técnicas:

Emitente: Banco BAI Europa, S. A.

Modalidade: Emissão de obrigações de caixa subordinadas.

Data de emissão: 30 de Junho de 2004.

Data de vencimento: seis anos, a contar da data de emissão.

Subordinação do: em caso de falência ou liquidação do emitente, o reembolso das obrigações, bem como o pagamento de juros, ficam subordinados ao prévio reembolso de todos os demais créditos não subordinados sobre o emitente, tendo, todavia, os respectivos detentores possuem prioridade sobre os accionistas da sociedade emitente.

Considerado para efeitos de fundos próprios complementares (*lower tier 2*), dentro dos limites estabelecidos no aviso n.º 12/92, de 22 de Dezembro, de acordo com autorização expressa do Banco de Portugal.

19 — Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Credores e outros recursos:		
Sector público administrativo:		
IVA	—	3 166
Retenção de impostos na fonte	63 448	31 840
Contribuições para a segurança social	21 563	6 022
Cobranças por conta de terceiros	1 285	408
Contribuições para outros sistemas de saúde	11 946	3 775
Credores diversos:		
Credores por fornecimento de bens	21 185	56 716
Outros credores	42 726	—
Despesas com encargos a pagar:		
Por gastos com pessoal:		
Encargos com férias e outros subsídios	132 610	118 115
Outros encargos a pagar	27 638	115 754

	2006	2005 Proforma
Receitas com rendimento diferido:		
De garantias prestadas (nota n.º 28)	6 867	22 241
De créditos documentários (nota n.º 28)	12 650	—
Outros (nota n.º 28)	9 491	10 596
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (nota n.º 29):		
Responsabilidades pensões reforma	201 020	26 359
Responsabilidade pós-emprego com cuidados médicos	51 790	50 379
Desvios actuariais	(87 995)	1 012
Benefícios de longo prazo — prémios de antiguidade (nota n.º 29)	51 975	125 200
Operações activas a regularizar	401 896	—
	<u>970 095</u>	<u>571 583</u>

20 — Capital próprio:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital próprio apresenta a seguinte estrutura:

	2006	2005 Proforma	Variação
Capital realizado	17 500 000	17 500 000	—
Outras reservas e resultados transitados:			
Reserva legal	257 379	257 379	—
Resultados transitados:			
Aprovados	(4 013 585)	(3 825 191)	(188 394)
Ajustamentos de transição IFRS1 — NCA (nota n.º 2.12)	830 263	732 608	97 655
Resultado do exercício	233 425	(90 739)	324 164
	<u>14 807 482</u>	<u>14 574 057</u>	<u>233 425</u>

O capital, totalmente subscrito e realizado, encontra-se representado por 3 500 000 acções, escriturais e nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada. Em 31 de Dezembro de 2006, o BAI — instituição de crédito residente em Angola, detém 99,99% do capital do Banco.

Nos termos definidos no artigo 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/91, de 31 de Dezembro e respectivas alterações subsequentes, o Banco deve dispor uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de reserva legal, até ao limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados se superior.

21 — Margem financeira:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Juros e rendimentos similares em:		
Aplicações em instituições de crédito	10 702 891	2 092 670
Crédito a clientes	1 489 182	1 507 561
Investimentos detidos até à maturidade	150 166	224 267
Outros	—	1 997

	2006	2005 Proforma
Comissões recebidas ao custo amortizado em:		
Aplicações em instituições de crédito	109	—
	<u>12 342 348</u>	<u>3 826 495</u>
Juros e gastos similares de:		
Recursos de instituições financeiras	(10 031 262)	(2 293 562)
Recursos de clientes	(595 185)	(317 013)
Passivos subordinados	(180 041)	(142 802)
Outros	(1 868)	(3 913)
Comissões pagas ao custo amort. de:		
Recursos de instituições financeiras	(13)	—
	<u>(10 808 369)</u>	<u>(2 757 290)</u>
Margem financeira	1 533 979	1 069 205

22 — Rendimentos e encargos com serviços e comissões:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por garantias prestadas	98 757	113 645
Por compromissos assumidos perante terceiros	14 569	1 250
Por serviços prestados	291 356	330 150
Outras comissões recebidas	518	—
	<u>405 200</u>	<u>445 045</u>
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços prestados por terceiros	(38 895)	(4 932)
Por operações realizadas por terceiros	—	(25 000)
Outras comissões pagas	—	(4 959)
	<u>(38 895)</u>	<u>(34 891)</u>
	<u>366 305</u>	<u>410 154</u>

23 — Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados:

Estas rubricas têm a seguinte composição (nota n.º 5):

	2006	2005 Proforma
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	877 623	403 581
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	(660 682)	(325 531)
	<u>216 941</u>	<u>78 050</u>

24 — Outros resultados de exploração:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços diversos	67 967	41 914
Outros proveitos de exploração	99 403	39 482
	<u>167 370</u>	<u>81 396</u>

	2006	2005 Proforma
Outros custos de exploração:		
Quotizações	(2 670)	(5 347)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	(14 875)	(11 725)
Impostos indirectos e taxas	(117 593)	(91 916)
Outros encargos e gastos operacionais	(28 171)	(93 721)
Outras perdas em operações financeiras	(85 510)	(53 603)
	<u>(248 819)</u>	<u>(256 312)</u>
	<u>(81 449)</u>	<u>(174 916)</u>

25 — Custos com pessoal:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	(306 000)	(317 000)
Remuneração de empregados	(524 315)	(538 656)
Encargos sociais obrigatórios	(222 113)	(157 048)
Outros custos com pessoal	(4 924)	(7 088)
	<u>(1 057 352)</u>	<u>(1 019 792)</u>

O Banco não assume quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou sobrevivência, adiantamentos, créditos ou garantias de qualquer espécie para com os membros dos órgãos de gestão e de fiscalização.

O número de efectivos apresenta a seguinte estrutura:

	2006		2005 Proforma	
	Média do período	Final do período	Média do período	Final do período
Administradores	2	2	2	2
Quadros superiores	5	5	5	4
Outros quadros e colaboradores ...	12	12	13	12
	<u>19</u>	<u>19</u>	<u>20</u>	<u>18</u>

26 — Gastos gerais administrativos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Serviços especializados	(348 054)	(483 623)
Rendas e alugueres	(290 344)	(279 545)
Comunicações	(116 846)	(140 699)
Conservação e reparação	(43 661)	(64 555)
Deslocações, estadas e representação	(61 720)	(30 194)
Água energia e combustíveis	(20 921)	(21 604)
Material de consumo corrente	(4 991)	(12 576)
Publicações e publicidade	(22 241)	(21 558)
Formação de pessoal	(2 296)	(5 530)
Seguros	(7 689)	(5 843)
Outros	(753)	(2 264)
	<u>(919 516)</u>	<u>(1 067 991)</u>

27 — Impostos sobre lucros:

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante o exercício de 2006 foi o seguinte (nota n.º 13):

	2005 Proforma		2006	
	Saldo inicial	Reservas	Resultados	Saldo final
Activos por imposto diferido:				
Provisão para crédito e créditos abatidos não dedutíveis	191 251	—	(76 159)	115 092
Pensões de reforma e cuidados médicos pós-emprego	10 691	—	11 148	21 839
Prémio antiguidade ACTV	17 215	—	(10 328)	6 887
Perdas em operações com derivados não liquidados	44 663	—	(2 896)	41 767
Periodificação de comissões de crédito a clientes	12 641	—	(732)	11 909
Prejuízos fiscais reportáveis	452 030	—	(10 738)	441 292
	<u>728 491</u>	<u>—</u>	<u>(89 705)</u>	<u>638 786</u>
Passivos por imposto diferido:				
Ganhos em operações com derivados não liquidados	(36 533)	—	(80 788)	(117 321)
	<u>691 958</u>	<u>—</u>	<u>(170 493)</u>	<u>521 465</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante o exercício de 2005 foi o seguinte (nota n.º 13):

	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2005	Resultados	Em 31 de Dezembro de 2005 proforma — Saldo final
Activos por imposto diferido:			
Provisão para crédito e créditos abatidos não dedutíveis	39 863	151 388	191 251
Pensões de reforma e cuidados médicos pós-emprego	—	10 691	10 691
Prémio antiguidade ACTV	—	17 215	17 215
Perdas em operações com derivados não liquidados	—	44 663	44 663
Periodificação de comissões de crédito a clientes	—	12 641	12 641
Prejuízos fiscais reportáveis	452 030	—	452 030
	<u>491 893</u>	<u>236 598</u>	<u>728 491</u>

	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2005	Resultados	Em 31 de Dezembro de 2005 proforma — Saldo final
Passivos por imposto diferido:			
Ganhos em operações com derivados não liquidados	—	(36 533)	(36 533)
	491 893	200 065	691 958

O activo por imposto diferido referente a provisões tributadas no valor de 39 863 euros foi registado por contrapartida da rubrica de resultados transitados. O Banco reconhece impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis apenas na extensão de que a sua realização seja provável, tendo sido estimado pelo Banco uma recuperação de 50%. O resumo dos prejuízos fiscais e correspondentes impostos diferidos activos registados a 31 de Dezembro de 2006 apresentam-se como se segue:

No exercício de 2006 e 2005, o custo com impostos sobre lucros reconhecido em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, são apresentados em seguida:

	2006	2005 Proforma
Impostos correntes	(3 717)	(4 867)

	2006	2005 Proforma
Impostos diferidos:		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(170 493)	200 065
Total dos impostos em resultados ...	(174 210)	195 198
Resultado antes de impostos	407 635	(380 713)
Carga fiscal (percentagem)	— 42,7	— 51,3

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas no exercício de 2006 e 2005 é apresentada em seguida:

	2006		2005 Proforma	
	Taxa (percentagem)	Imposto	Taxa (percentagem)	Imposto
Imposto apurados com base na taxa nominal				
Ajustamentos ao lucro contabilístico:				
Provisões	37,7	153 495	80,2	(305 399)
Instrumentos derivados	7,5	30 570	— 0,1	369
Outros proveitos e custos tributáveis	— 1,1	(4 335)	4,8	(18 409)
Pensões de reforma e outros benefícios	— 0,3	(1 197)	— 14,4	54 748
Resultados de sociedade em regime transparência fiscal	—	—	6,0	(22 984)
Indemnizações por eventos seguráveis	—	—	2,2	(8 250)
Benefícios fiscais	2,9	11 759	— 3,1	11 660
Utilização (aumento) prejuízo fiscal	19,2	(78 194)	— 75,7	288 264
Tributação autónoma	— 0,9	(3 717)	1,3	(4 867)
Impostos diferidos:				
Provisão para crédito e créditos abatidos não dedutíveis	18,7	(76 159)	— 39,8	151 388
Pensões de reforma e cuidados médicos pós-emprego	2,7	11 148	— 2,8	10 691
Prémio antiguidade ACTV	— 2,5	(10 328)	— 4,5	17 215
Ganhos e perdas em operações derivadas não liquidadas	20,5	(83 684)	— 2,1	8 130
Periodificação de comissões — IAS 39/NCA	— 0,2	(732)	— 3,3	12 641
Prejuízos fiscais	—	—	—	—
	— 42,7	(174 210)	— 51,3	195 198

A taxa nominal de imposto decompõe-se como segue (em percentagem):

	2006	2005 Proforma
IRC	25,0	25,0
Derrama	2,5	2,5
	27,5	27,5

28 — Rubricas extrapatrimoniais:

Os passivos e activos contingentes encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam a seguinte composição:

	2006	2005 Proforma
Passivos eventuais:		
Garantias e avals (notas n.ºs 15 e 19)	1 718 753	1 477 151
Créditos documentários abertos (notas n.ºs 15 e 19)	8 497 368	5 746 511
Activos dados em garantia (notas n.ºs 7, 8, e 15)	2 446 354	2 735 599
Fianças	500	500
Compromissos perante terceiros:		
Contratos a prazo de depósitos	7 593 014	—
Linhas de crédito irrevogáveis	7 151 678	5 974 731
Outros	1 265 502	1 412 789
Responsabilidades por prestação de serviços:		
De depósito e guarda de valores	56 315 763	58 420 266
De cobrança de valores	84 281	34 706
Compromissos assumidos por terceiros:		
Linhas de crédito irrevogáveis	500 000	500 000
Activos recebidos em garantia (nota n.º 15)	19 469 425	20 225 663
	105 042 638	96 527 916

Os valores registados nas rubricas de garantias e avals e de créditos documentários abertos, encontram-se garantidos por depósitos de instituições de crédito no montante de 1 300 000 euros e de 3 260 982 euros, respectivamente (nota n.º 15).

O saldo apresentado na rubrica de contrato a prazo de depósitos diz respeito a responsabilidades assumidas com depósitos a prazo a serem constituídos pelo Banco em data posterior. A rubrica correspondente a compromissos perante terceiros — linhas de crédito irrevogáveis, diz respeito linhas de crédito concedidas irrevogavelmente a clientes que não se encontram a ser utilizadas.

O valor apresentado na rubrica de compromissos assumidos por terceiros — linhas de crédito irrevogáveis, diz respeito linhas de crédito *intra-day* concedida para o Banco efectuar transacções via SPGT — Sistema de Pagamentos de Grandes (nota n.º 7).

A rubrica de activos recebidos em garantia apresenta em 31 de Dezembro de 2006 a seguinte decomposição:

	Instituições de crédito	Clientes	Total
Depósitos caução	5 194 951	1 376 728	6 571 678
Penhor de títulos	—	1 119 970	1 119 970
Hipoteca de imóveis e terrenos	—	11 777 777	11 777 777
	5 194 951	14 274 474	19 469 426

29 — Responsabilidade com pensões de reforma e de sobrevivência e outros benefícios de empregados pós-emprego e de longo prazo:

Tal como descrito na nota n.º 2.10, o Banco assume o compromisso de atribuir aos seus colaboradores ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência, nos termos acordados no âmbito do ACTV anexo ao contrato de adesão ao fundo de pensões da PensõesGere — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

A determinação do montante das responsabilidades por serviços passados de colaboradores do Banco, é efectuada em conformidade com o estabelecido no IAS 19.

A PensõesGere — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., é a entidade a quem compete a responsabilidade de elaborar as avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, bem como a de gerir o fundo de pensões.

O método de valorização actuarial utilizado é o *projected unit credit*.

Em 31 de Dezembro de 2006 os colaboradores e pensionistas beneficiários de plano de pensões financiados pelo fundo de pensões são em número de:

	2006	2005 Proforma
Colaboradores	17	17
Pensionistas	1	1
Ex-participantes	16	14

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são (em percentagem):

	Pressupostos		Verificados	
	2006	2005 proforma	2006	2005 proforma
Hipóteses financeiras verificadas:				
Taxa de rendimento do Fundo	5,50	5,50	3,76	9,25
Taxa de crescimento salarial	2,75	2,75	3,46	5,08
Taxa técnica de juro	4,75	4,25	4,75	4,25
Taxa de crescimento das pensões	1,75	1,75	2,50	2,50

	Pressupostos		Verificados	
	2006	2005 proforma	2006	2005 proforma
Hipóteses demográficas verificadas:				
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 73/77	—	—
Tábua de invalidez	SuisseRe	SuisseRe	—	—
Idade normal de reforma	65 anos	65 anos	—	—
Percentagem de casados	80,00	80,00	—	—

Conforme informação acima apresentada, em 31 de Dezembro de 2006, o Banco alterou os pressupostos actuariais referentes à tábua de mortalidade e à taxa técnica de juro. Esta alteração de pressupostos deu origem a um agravamento de responsabilidades de 81 657 euros. Este agravamento, corresponde um acréscimo de 148 224 euros referente à alteração de tábua de mortalidade e um decréscimo de 66 566 euros referente à alteração da taxa técnica de juro

Para além do plano de pensões do ACTV, o BAIE concedeu aos seus trabalhadores uma pensão complementar até 30 de Junho de 2005, prevista no plano complementar ao ACTV. No âmbito deste plano, os trabalhadores vinculados nessa data têm direito a uma pensão complementar de reforma e sobrevivência, calculada em função do

tempo de serviço prestado no BAIE e o salário auferido até essa mesma data.

No âmbito do Plano de Pensões do ACTV, o estudo actuarial que serviu de base aos registos a 31 de Dezembro de 2006 contempla o período de serviço total na banca de todos os colaboradores ao serviço do BAIE nessa data. Relativamente à população composta pelos ex-participantes no fundo, o período considerado para efeito de cálculo de responsabilidades foi o tempo de serviço no BAIE.

Adicionalmente, o Banco reconhece as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com benefícios de empregados de longo prazo (prémio de antiguidade ACTV). O montante de responsabilidades com o SAMS e com os prémios de antiguidades é a seguinte:

	2006	2005 Proforma
Responsabilidades com serviços passados com cuidados médicos — SAMS (nota n.º 19)	51 790	50 379
Varição custo (ganho) do exercício	1 411	—
Responsabilidades com serviços passados com prémio antiguidade — ACTV (nota n.º 19)	51 975	125 200
Utilização provisão	4 276	—
Varição custo (ganho) do exercício	(68 949)	—

Relativamente ao valor registado como responsabilidade em 31 de Dezembro de 2005, verificou-se um registo de responsabilidade acima do devido pelo facto do respectivo estudo de avaliação actuarial apenas contemplar o montante de responsabilidade totais (125 200 euros), e não o montante de responsabilidade com serviços passados.

O Banco efectuou a transição para a IAS 19 em 31 de Dezembro de 2005, não utilizando a possibilidade definida pelas NCA de diferimento do impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma conforme definido no ponto iv) da nota n.º 2.1.

Em 31 de Dezembro de 2006 o valor actual das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência é como se segue:

	2006	2005 Proforma
Responsabilidades por serviços passados:		
Responsabilidades por pensões em pagamento	187 091	180 517
Responsabilidades por serviços passados de colaboradores no activo	1 071 169	911 112
	<u>1 258 260</u>	<u>1 091 629</u>
Responsabilidades por serviços futuros	1 077 368	934 843
Responsabilidades por serviços totais	2 335 628	2 026 472

A cobertura das responsabilidades com invalidez e sobrevivência imediata de todos os colaboradores é efectuada, de forma irrevogável, através de um contrato de seguro de vida risco que apresenta as seguintes condições:

Seguradora: Ocidental — Companhia de Portuguesa de Seguros de Vida, S. A.

Tomador do seguro: Banco BAI Europa, S. A.

Duração do Contrato: contrato anual, sendo automaticamente reno-

vado por períodos sucessivos de um ano no dia 1 de Janeiro de cada ano.

Grupo segurável: trabalhadores permanentes do tomador do seguro, que tenham idade actuarial inferior a 65 anos, que não se encontrem em baixa clínica à data de aceitação do risco pela seguradora, e que sejam aceites as respectivas propostas de adesão.

Beneficiários: Fundo de Pensões Horizonte Valorização.

A cobertura financeira das responsabilidades por serviços passados é:

	2006	2005 Proforma
Responsabilidades totais:		
Responsabilidade de pensões em pagamento	187 091	180 517
Responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo	1 071 169	911 112
	<u>1 258 260</u>	<u>1 091 629</u>

	2006	2005 Proforma
Situação patrimonial do fundo de pensões:		
Saldo inicial	1 031 848	526 547
Rendimento do fundo de pensões (líquido)	36 973	79 530
Contribuições para o fundo de pensões	—	437 352
Pensões pagas pelo fundo de pensões	(11 581)	(11 581)
	<u>1 057 240</u>	<u>1 031 848</u>
Grau de cobertura (em percentagem)	84,0	94,5
Nível mínimo de responsabilidades a cobrir (95%)	1 204 702	1 046 074
Valor necessário a transferir para o fundo de pensões	147 462	14 226

Da análise da informação apresentada no quadro acima, salienta-se que o grau de cobertura de responsabilidades pelo fundo de pensões é inferior ao nível mínimo legalmente exigido a 31 de Dezembro de 2006. No entanto, a 2 de Março de 2007, para efeitos de contribuição para o fundo de pensões, foi transferido o montante de 147 462 euros.

Em 31 de Dezembro de 2006 as demonstrações financeiras registam os seguintes elementos relacionados com a cobertura de responsabilidades por pensões:

	2006	2005 Proforma
Responsabilidades totais:		
Total de responsabilidades por pensões em pagamento	187 091	180 517
Total de responsabilidades por serviços passados	1 071 169	911 112
	<u>1 258 260</u>	<u>1 091 629</u>
Situação patrimonial do fundo de pensões (nota n.º 19)	1 057 240	1 031 848
Provisão para responsabilidades com pensões de reforma (nota n.º 19)	1 258 260	1 058 212
Responsabilidade não reconhecida	—	33 417
Corredor, menor dos dois valores	<u>125 826</u>	<u>109 163</u>
10% do total de responsabilidades serviços passados	125 826	109 163
10% do valor dos activos do Fundo de Pensões	105 724	103 185
Ganhos (perdas) actuariais incluídas no corredor (nota n.º 19)	(87 995)	1 012
Variação	(89 007)	1 012

Na composição dos activos do fundo de pensões não se encontra nenhum: (i) activo que esteja a ser utilizado pelo Banco; e (ii) título emitidos pelo Banco.

Os valores reflectidos nos custos com pessoal (nota n.º 25) com responsabilidades com pensões de reforma do Banco no exercício de 2006 e de 2005 são os seguintes:

	2006	2005 Proforma
Acréscimos anual de responsabilidades:		
Custo do serviço corrente	43 341	66 713
Custo dos juros	57 535	45 811
Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões	(48 644)	(20 689)
Reconhecimento de custos não reconhecidos em período anteriores	23 917	—
<i>Total dos custos reconhecidos em resultados</i>	<u>76 149</u>	<u>91 835</u>

O movimento ocorrido durante o exercício de 2006 e 2005, no valor actual das responsabilidades por serviços passados foi como segue:

	2006	2005 Proforma
Responsabilidades no início do exercício	1 091 629	932 857
Custo do serviço corrente	43 341	66 713
Custo dos juros	57 535	45 811
Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões	(48 644)	(20 689)
Perdas e (ganhos) actuarias reconhecidos no corredor	89 007	(1 012)
Pensões pagas	(11 581)	(11 581)
Rendimento líquido do fundo	36 973	79 530
Responsabilidades no final do exercício	<u>1 258 260</u>	<u>1 091 629</u>

Os desvios actuariais que ocorreram nos exercícios de 2006 e 2005 foram registados como segue:

	2006	2005 Proforma
Perdas e (ganhos) actuarias reconhecidos no corredor:		
Relativos a diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	7 350	(1 012)
Relativos a alterações verificadas nos pressupostos e nas condições dos planos	81 657	—
Tábua de mortalidade	148 223	—
Taxa técnica de juro	(66 566)	—
<i>Total</i>	89 007	(1 012)

30 — Partes relacionadas:

Nos termos da IAS 24, são consideradas partes relacionadas do BAIE as empresas controladas pelo grupo BAI, os administradores das empresas do grupo BAI, a empresa associadas e outras entidades com relação de influência significativa.

Em 31 de Dezembro de 2006 o balanço, as rubricas extrapatrimoniais e a demonstração dos resultados do Banco incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

	Associada	Órgãos sociais do grupo BAI	Empresas do grupo BAI	Outras entidades relacionadas	Total
Activos:					
Aplicações em instituições de crédito (nota n.º 7)	—	—	2 739 170	—	2 739 170
Crédito a clientes (nota n.º 8)	3 550 851	639 474	—	1 658 130	5 848 455
Investimentos em filiais e associadas (nota n.º 12)	948 469	—	—	—	948 469
Passivos:					
Recursos de outras instit. de crédito (nota n.º 15)	—	—	308 847 241	—	308 847 241
Recursos de clientes e outros emprést. (nota n.º 16)	717 494	508 505	—	38 058 210	39 284 209
Outros passivos subordinados (nota n.º 18)	—	—	4 499 014	—	4 499 014
Outros passivos (nota n.º 19)	—	—	—	84	84
Extrapatrimoniais (nota n.º 28):					
Garantias e avales	—	—	1 300 000	—	1 300 000
Créditos documentários abertos	—	—	7 959 619	—	7 959 619
Activos recebidos em garantia	—	387 877	5 194 951	—	5 582 828
Compromissos perante terceiros:					
Linhas de crédito irrevogáveis	—	—	—	2 842	2 842
Swaps cambiais	—	—	8 671 298	—	8 671 298
<i>Total</i>	5 216 814	1 535 856	339 211 293	39 719 266	385 683 229
Rendimentos:					
Juros e rendimentos similares (nota n.º 21)	342 434	322	52 452	97 281	492 489
Rendimentos de serviços e comissões (nota n.º 22)	1 173	12 798	148 406	158	162 535
Gastos:					
Juros e gastos similares (nota n.º 21)	(13 681)	(12 232)	(10 174 910)	(118 310)	(10 319 133)
Custos com pessoal (nota n.º 25)	—	(306 000)	—	—	(306 001)
Gastos gerais administrativos (nota n.º 26)	—	—	—	(23 220)	(23 220)
<i>Total</i>	329 926	(305 112)	(9 974 052)	(44 091)	(9 993 331)

Relativamente aos saldos e transacções com outras entidades relacionadas, referem-se essencialmente com empresas do grupo Sonangol, accionista de referência do BAI, S. A. R. L.

Em 31 de Dezembro de 2005 o balanço, as rubricas extrapatrimoniais e a demonstração dos resultados do Banco incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

	Associada	Órgãos sociais do grupo BAI	Empresas do grupo BAI	Outras entidades relacionadas	Total
Activos:					
Aplicações em instituições de crédito (nota n.º 7)	—	—	—	—	—
Crédito a clientes (nota n.º 8)	4 412 887	—	—	1 359 809	5 772 696
Investimentos em filiais e associadas (nota n.º 12)	—	—	—	—	—

	Associada	Órgãos sociais do grupo BAI	Empresas do grupo BAI	Outras entidades relacionadas	Total
Passivos:					
Recursos de outras instit. de crédito (nota n.º 15)	—	—	93 488 659	—	93 488 659
Recursos de clientes e outros emprést. (nota n.º 16)	832 081	707 975	—	25 532 744	27 072 800
Outros passivos subordinados (nota n.º 18)	—	—	4 500 000	—	4 500 000
Outros passivos (nota n.º 19)	—	—	—	—	—
Extrapatrimoniais (nota n.º 28):					
Garantias e avales	—	—	1 300 000	—	1 300 000
Créditos documentários abertos	—	—	5 220 280	—	5 220 280
Activos recebidos em garantia	—	—	8 932 374	—	8 932 374
Compromissos perante terceiros:					
Linhas de crédito irrevogáveis	—	—	—	—	—
Swaps cambiais	—	—	9 156 777	—	9 156 777
Total	5 244 968	707 975	122 598 090	26 892 553	155 443 586
Rendimentos:					
Juros e rendimentos similares (nota n.º 21)	291 086	—	5 258	9 178	305 522
Rendimentos de serviços e comissões (nota n.º 22)	30 132	97	109 307	39 430	178 966
Gastos:					
Juros e gastos similares (nota n.º 21)	(6 800)	(13 382)	(2 346 219)	(35 400)	(2 401 802)
Custos com pessoal (nota n.º 25)	—	(317 000)	—	—	(317 000)
Gastos gerais administrativos (nota n.º 26)	—	—	—	—	—
Total	314 418	(330 285)	(2 231 654)	13 208	(2 234 314)

31 — Divulgações relativamente a instrumentos financeiros (IAS 32):

Risco de crédito:

Globalmente, o risco de crédito do activo do Banco é representado por dois grandes grupos de operações, crédito no mercado monetário interbancário e crédito a clientes titulado ou não titulado.

A carteira de crédito a clientes é composta quase na sua totalidade por crédito a empresas. O actual processo de gestão do risco de crédito a clientes é em função das características específicas do cliente e do produto, e da fase do ciclo de crédito. São efectuadas análises de risco

de crédito com base na informação financeira actualizada do cliente e com base em outra informação adicional (capacidade de gestão, expectativas futuras, comportamento e expectativas do mercado específico, capacidade competitiva, *cash-flow* previsional, etc.). Periodicamente é solicitado aos clientes informação financeira actualizada para efeitos de acompanhamento da qualidade do risco da exposição.

Adicionalmente, são definidos limites máximos de exposição por cliente ou por grupo de clientes ligados entre si e por mercados emergentes em função dos fundos próprios do Banco, conforme se apresenta em seguida.

	2006	2005
Fundos próprios	18 644 231	18 445 976
Limites de exposição:		
Cliente ou grupo de clientes interligados (25%)	4 661 058	4 611 494
Empresa mãe (20%)	3 728 846	3 689 195
Entidade com participação qualificada (10%)	1 864 423	1 844 598
Mercados emergentes (30%)	5 593 269	5 533 793

Relativamente às operações de crédito no mercado monetário interbancário, são definidos limites de contra-parte com base na informação financeira disponível por instituição de crédito, incluindo a respectiva notação de *rating* definida pelas agências internacionais.

Periodicamente, são revistos os limites de contra-parte através da obtenção da informação financeira actualizada.

Em 31 de Dezembro de 2006 o crédito e juros vencidos apresentam a seguinte decomposição por classe de incumprimento:

	2006	2005 Proforma
Crédito e juros vencidos:		
Créditos e juros vencidos a menos de 90 dias	34	18 262
Créditos vencidos entre 90 dias e 180 dias	390	—
Créditos vencidos entre seis meses a 12 meses	14 413	173 207
Créditos vencidos entre 12 meses a 36 meses	2 626 448	3 488 613
Créditos vencidos a mais de 36 meses	958 435	227 437
Total	3 599 720	3 907 519

Risco de mercado:

O risco de mercado provém da variação do preço de instrumentos que resulta de alterações em taxas de juro, taxas de câmbio, preço de acções ou preço de *commodities*.

Na actual estratégia de gestão do balanço do Banco, o activo que se encontra mais sujeito a alterações de mercado é a carteira de crédito titulado que se encontra classificada como investimento detido até à maturidade.

A análise de risco destes instrumentos financeiros é efectuada na perspectiva do risco de crédito e não na perspectiva do risco de mercado, considerando que a tomada de posição nestes activos é efectuado numa óptica de investimento e não tem como objectivo a realização de mais-valias com venda antecipada.

Risco de liquidez:

Diariamente, semanalmente e mensalmente são produzidos vários mapas com informação sobre os prazos residuais dos activos e passivos

financeiros por moeda, calculando-se para cada intervalo de tempo, a diferença, em montante, entre *cash-inflow* e *cash-outflows* e o respectivo *gap* de liquidez.

Com este conjunto de informação, torna-se possível identificar atempadamente alguns dos *gaps* de liquidez no sentido de planear a cobertura dinâmica dos mesmos, e por outro lado apurar os recursos financeiros disponíveis para serem aplicados.

Por outro lado, na estratégia de gestão de activos e passivos do balanço, o Banco mantém, actualmente, uma carteira significativa de activos líquidos ou liquidáveis a muito curto prazo, face à natureza e duração dos passivos, que facilita a gestão da liquidez para o período crítico de um dia a sete dias.

Em 31 de Dezembro de 2006 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros são os seguintes:

	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos ou indeterminado	Total
Activo:					
Caixa e disponib. em bancos centrais	2 823 880	—	—	—	2 823 880
Disponib. em outras instit. de crédito	21 987 612	—	—	—	21 987 612
Activos financeiros disponíveis para venda	—	—	—	125 000	125 000
Aplicações em instituições de crédito	259 657 437	97 763 910	—	—	357 421 347
Crédito a clientes	7 759 142	3 475 296	9 062 145	3 051 373	23 347 956
Investimentos detidos até à maturidade	—	992 823	2 535 523	—	3 528 346
Investimentos em filiais e associadas	—	—	—	948 469	948 469
	<u>292 228 071</u>	<u>102 232 029</u>	<u>11 597 668</u>	<u>4 124 842</u>	<u>410 182 610</u>
Passivo:					
Recursos de bancos centrais	—	(572 370)	—	—	(572 370)
Recursos de outras instit. de crédito	(211 642 870)	(100 109 880)	(650 000)	—	(312 402 750)
Recursos de clientes e outros emprést.	(77 153 103)	(680 242)	—	—	(77 833 345)
Outros passivos subordinados	—	—	(4 499 014)	—	(4 499 014)
	<u>(288 795 973)</u>	<u>(101 362 492)</u>	<u>(5 149 014)</u>	<u>—</u>	<u>(395 307 479)</u>
Derivados (nocional)	—	(201 215)	328 702	—	127 487
Diferencial/Gap	3 432 098	668 322	6 777 356	4 124 842	15 002 618
Diferencial/Gap acumul.	3 432 098	4 100 420	10 877 776	15 002 618	—
Diferencial/Gap acumul. (31 de Dez. de 2005)	27 296 434	(1 894 586)	6 976 068	12 404 204	—

Na actual política de gestão de risco cambial, são definidos limites de posição cambial, pelo que diariamente são acompanhadas as várias posições cambiais por moedas no balanço do Banco e o comportamento das respectivas divisas no mercado. Considerando os limites de exposição definidos, as necessidades de liquidez por moeda, e o

comportamento das várias divisas no mercado, as posições cambiais são cobertas, quer a través de negociação no mercado cambial à vista, quer através da utilização de instrumentos financeiros derivados.

Em 31 de Dezembro de 2006, a decomposição por moeda dos instrumentos financeiros é a seguinte:

	Euros	Dólares expressos em euros	Outras	Total
Activo:				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 755 865	67 512	503	2 823 880
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 785 489	19 113 578	88 545	21 987 612
Activos financeiros disponíveis para venda	125 000	—	—	125 000
Aplicações em instituições de crédito	13 316 489	344 104 858	—	357 421 347
Crédito a clientes	17 207 925	6 140 031	—	23 347 956
Investimentos detidos até à maturidade	3 528 346	—	—	3 528 346
Investimentos em filiais e associadas	948 469	—	—	948 469
	<u>40 667 583</u>	<u>369 425 979</u>	<u>89 048</u>	<u>410 182 610</u>
Passivo:				
Recursos de bancos centrais	—	(572 370)	—	(572 370)
Recursos de outras instituições de crédito	(8 453 771)	(303 943 678)	(5 301)	(312 402 750)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(7 636 703)	(70 196 642)	—	(77 833 345)
Outros passivos subordinados	(4 499 014)	—	—	(4 499 014)
	<u>(20 589 488)</u>	<u>(374 712 690)</u>	<u>(5 301)</u>	<u>(395 307 479)</u>

	Euros	Dólares expressos em euros	Outras	Total
Derivados (nocial):				
Valor positivo	4 500 000	9 798 785	—	14 298 785
Valor negativo	(10 000 000)	(4 171 298)	—	(14 171 298)
	(5 500 000)	5 627 487	—	127 487
Diferencial/Gap	n/a	340 776	83 747	424 522
Diferencial/Gap (31 de Dezembro de 2005)	n/a	220 206	174 404	394 610

Risco de taxa de juro:

O risco de taxa de juro ocorre sempre que existe um desfazamento entre activos e passivos ou instrumentos financeiros registados fora do balanço sensíveis a variações dos níveis de taxa de juro. Para este efeito foi desenvolvido um modelo para análise do risco de taxa de juro do balanço através do cálculo do *repricing gap* sobre os activos e passivos sensíveis a variações de taxa juro. Para cada um dos intervalos deve-se calcular o *gap* resultante da diferença entre total de

fluxos activos e passivos e, caso aplicável, às operações registadas em rubricas extrapatrimoniais. O objectivo é verificar os *mismatches* existentes entre activos e passivos, e também a natureza destes face às perspectivas de comportamento de taxa de juro.

Como medidas de risco são calculadas por cada moeda, o *gap* de taxa de juro, a duração de activos e passivos, a *duration gap*, e a sensibilidade da margem financeira.

Em 31 de Dezembro de 2006 a estrutura dos instrumentos financeiros por sensibilidade à taxa de juro é a seguinte:

	À vista a 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	Mais de 2 anos
Euros:						
Total de activos	28 669 083	11 737 472	13 048 926	11 170 498	10 160 474	8 277 745
Total de passivos	(11 490 033)	(537 732)	(5 150 000)	(4 525 000)	(4 500 000)	(4 500 000)
Total extrapatrimoniais	—	—	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000
Diferencial/Gap	17 179 050	11 199 740	12 398 926	11 145 498	10 160 474	8 277 745
Diferencial/Gap (31 de Dez. de 2005)	8 650 243	16 066 185	7 025 187	5 013 227	4 023 628	1 499 695
Dólares:						
Total de activos	274 870 312	80 461 518	131 275 945	5 206 158	5 206 158	4 018 658
Total de passivos	(241 418 542)	(106 641 523)	(121 956 241)	(11 505 236)	—	—
Total extrapatrimoniais	—	—	(5 476 000)	(5 476 000)	(5 476 000)	(5 476 000)
Diferencial/Gap	33 451 770	(26 180 005)	3 843 704	(11 775 078)	(2 269 842)	(1 457 342)
Diferencial/Gap (31 de Dez. de 2005)	36 815 330	172 114	(6 205 020)	(11 874 627)	11 807 801	8 657 801

32 — Processos judiciais e outras responsabilidades contingenciais:

Em 2004, o conselho de administração aprovou um plano de reestruturação do banco com o objectivo de reduzir custos e redireccionar o negócio do Banco, visando o seu crescimento. A sua implementação teve início em Abril de 2004 tendo da mesma resultado a redução de nove postos de trabalho. O Banco chegou a acordo com três dos trabalhadores abrangidos pela reestruturação para a rescisão dos respectivos contratos de trabalho, tendo desencadeado um processo de despedimento colectivo relativamente aos restantes colaboradores.

Tendo os trabalhadores abrangidos pelo despedimento colectivo impugnado a decisão do Banco em tribunal, este será obrigado, no decorrer de 2007, a continuar a suportar custos adicionais com a defesa da sua posição, não se conhecendo a esta data o seu desfecho final e consequentes impactos nas demonstrações financeiras.

Por deliberação do conselho de administração do Banco de Portugal, de 27 de Fevereiro de 2006, foi aplicada ao Banco BAI Europa, S. A., uma coima única de 100 000 euros, cuja execução, nos termos da mesma deliberação, ficou totalmente suspensa pelo período de três anos. A coima aplicada ao Banco refere-se à prática de quatro contra-ordenações por factos ocorridos no âmbito da gestão corrente atribuída em especial ao ex-administrador José Manuel Serrão.

33 — Eventos subsequentes:

Conforme referido na nota n.º 29, o grau de cobertura de responsabilidades pelo fundo de pensões é inferior ao nível mínimo legalmente exigido a 31 de Dezembro 2006, em virtude do atraso na entrega do respectivo estudo de avaliação por parte sociedade gestora do fundo. No entanto, no início de Março de 2007 o Banco procedeu à transferência para o fundo de pensões o montante de 147 462 euros, pelo que a situação de incumprimento se encontra regularizada a essa data.

O Conselho de Administração: *José Paiva*, presidente — *Manuel Vicente*, vice-presidente — *Paula Gray*, vice-presidente — *António Pinto Duarte*, administrador — *José Massano*, administrador.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras do Banco BAI Europa, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 411 859 milhares de euros e um total de capital próprio de 14 807 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 233 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com as excepções referidas nos avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005, do Banco de Portugal.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das

quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco BAI Europa, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

8 — *Ênfases.* — Sem afectar a opinião expressa no ponto 7 acima, salientamos as seguintes situações:

i) Conforme referido na nota n.º 2.1 do anexo, em 2006 o Banco adoptou, pela primeira vez, as Normas de Contabilidade Ajustadas na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2005. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2005, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme explicitado na nota n.º 2.12 do anexo;

ii) O nosso trabalho não se estendeu às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, preparadas de acordo com o Plano de Contas do Sistema Bancário, e que serviram de base à preparação das demonstrações financeiras proforma incluídas para efeitos comparativos nas demonstrações financeiras anexas. Essas demonstrações financeiras foram objecto de exame realizado por outra sociedade de revisores oficiais de contas, a qual emitiu a respectiva certificação legal das contas, sem reservas, com data de 17 de Março de 2006.

Lisboa, 26 de Março de 2007. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por António Alberto Henriques Assis, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração do Banco BAI Europa, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

2 — No decurso do exercício e desde a data da nossa nomeação acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, complementados com o teor da certificação legal das contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados está em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e dos serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao conselho de administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa, 26 de Março de 2007. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por António Alberto Henriques Assis, revisor oficial de contas.

2611017468

BANCO RURAL EUROPA, S. A.

Relatório n.º 12-F/2007

Sede: Avenida Manuel de Arriaga, Edifício Arriaga, 42-B, 4.º, sala 4.4.
Capital social: 29 990 000 euros.

Pessoa colectiva n.º 511133340.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Zona Franca da Madeira sob o n.º 3970.

Relatório e contas de 2006

Relatório de gestão

Srs. Accionistas:

No ano de 2006, o Banco Rural Europa, S. A., manteve sua actuação nas áreas de negócios cujo foco permanece o mesmo desde o início da sua actividade. Isto possibilitou mais uma vez o alcance de resultados satisfatórios, com moderados índices de solvabilidade e liquidez, factores que vem confirmando o nosso crescimento e a busca de uma estabilidade financeira para o Banco.

Factores de destaque:

A taxa de juros praticada pelo Banco Central Europeu e pelos Estados Unidos contribuíram para a manutenção do ganho previsto.

O grande movimento de recursos entre os mercados emergentes influenciaram directamente a viabilização do negócio bancário no ano de 2006.

Performance

O Banco Rural Europa, S. A., apresentou um lucro líquido de 2 198 376,42 euros.

No exercício de 2006, em função da sua conservadora política de crédito e sistema de avaliação, o Banco Rural Europa não apresentou em suas contas qualquer operação de crédito vencida e não paga.

Os limites e tipos de risco inerentes à actividade do Banco são previamente aprovados pela administração, sendo controlados e reportados com adequada segregação de funções e que asseguram a boa performance do risco/negócio.

Aplicação dos resultados

Nos termos da lei e dos estatutos, para o lucro líquido apurado nas contas do Banco, no valor de 2 198 376,42 euros propomos a seguinte aplicação:

- 4004,88 euros para cobrir resultados transitados negativos;
- 2 194 371,54 euros para fundo de reserva legal.

O património líquido passa para o montante de 32 189 765,29 euros reforçando assim a política já estipulada pelos accionistas de sempre que possível dar maior autonomia financeira ao banco.